



# PADECEME

A publicação de atualização dos diplomados da  
ECEME

Publicação semestral | Nº 02/2020



## SESQUICENTENÁRIO DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
(Escola Marechal Castello Branco)  
v. 16 n. 25 - 02/2020

# PADECEME

---

---

02/2020  
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

© 2020 PADECEME

O PADECEME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

#### Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.

Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895

e-mail: [padeceme@eceme.eb.mil.br](mailto:padeceme@eceme.eb.mil.br)

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

#### Comandante da ECEME

Gen Bda **MARCIO** DE SOUZA NUNES RIBEIRO

#### Editor

Ten Cel RONALDO ANDRÉ **FURTADO**

Ten Cel ANTONIO **AUGUSTO** SCHENINI CUNHA JÚNIOR

#### Comissão Editorial

Cel FLÁVIO ROBERTO BEZERRA **MORGADO**

Cel MARIO **CABRAL** DA SILVA FILHO

Ten Cel OINA ESPANHA FERNANDO **OLALDE** ALTAMIRA

Ten Cel **WILDSON** PEREIRA SANTOS

Ten Cel RONALDO ANDRÉ **FURTADO**

Ten Cel CRISTIANO **MAURI** DA SILVA

Ten Cel RICARDO BOZZI **FEIJO**

Ten Cel LUIZ ADOLFO **SODRÉ** DE CASTRO

Ten Cel ANTONIO **AUGUSTO** SCHENINI CUNHA JÚNIOR

Maj OINA EUA NICHOLAS JOHN **LOPEZ**

#### Diagramador e Designer Gráfico

Ten Cel ANTONIO **AUGUSTO** SCHENINI CUNHA JÚNIOR

#### Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

#### Editoração

Divisão de Doutrina da ECEME.

#### Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

#### Design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME.

Seção de Comunicação Social da ECEME

#### Foto da capa

Procissão religiosa durante a Guerra do Paraguai. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, também presente no livro “Guerra do Paraguai – Memórias e Imagens”, de Ricardo Salles.

#### Tiragem

100 exemplares (Distribuição Gratuita)

Disponível também em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/PADECEME>>

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123	PADECEME. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME, 2002- . v. : il.; 23 cm.
	Semestral
	Publicada dos n.1-14 com o título PADECEME entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração.
	ISSN : 1677-1885
	1.DOCTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).
	CDD 355

# EDITORIAL

É com grande satisfação que redijo o presente Editorial, na qualidade de Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Escola Marechal Castello Branco. Ele é o preâmbulo desta importante e tradicional publicação deste Estabelecimento de Ensino, o qual completa 115 anos de existência no presente ano.

Vários são os historiadores, militares e pesquisadores, dentre outros profissionais, que afirmaram e reafirmaram a importância do estudo da História Militar para as gerações que sucederam eventos bélicos marcantes. Os erros e acertos dos políticos, estrategistas e dos comandantes táticos de diversos escalões marcaram profundamente o curso da humanidade, na medida em que provocaram a sinalização e o seguimento de uma senda, a qual foi trilhada por gerações impactadas por guerras, batalhas ou crises, as quais representaram verdadeiras bifurcações na estrada conturbada da história. E não nos esqueçamos das lições de cunho propriamente militar, colhidas após os conflitos de todos os tempos, lições estas que moldaram a evolução da doutrina militar ao longo da história. O preceito acima foi mais marcante na razão direta em que o relógio do tempo avançou, haja vista a evolução tecnológica, dos meios de comunicação e das mídias, as quais, ao longo da história, aceleraram a transmissão da informação e causaram um impacto maior dos eventos bélicos no seio da população, em qualquer continente.

Outro tópico fundamental e rico de exemplos para as gerações que vieram após as guerras e batalhas históricas é o estudo da liderança militar, em qualquer nível. Neste campo específico, a Guerra da Tríplice Aliança deixou um legado de líderes e de feitos heroicos inesquecíveis, os quais enriqueceram nossa literatura tipicamente militar, nossas galerias de comandantes e nossos patronos das armas e até mesmo do Exército. Alguns destes líderes tornaram-se mais conhecidos e famosos, por seus méritos e feitos inesquecíveis. Mas não nos esqueçamos que legiões de bravos soldados, de qualquer patente, deram bravos exemplos de liderança, dos grandes aos pequenos escalões, alguns dos quais exemplos silentes, mas certamente jamais esquecidos por aqueles que com eles pelejaram, ombro a ombro. Cabe lembrar, para ratificar o conceito acima, bem como para destacar a relação entre a nossa querida Escola e a Guerra da Tríplice Aliança, que o terceiro Comandante da ECEME, o Coronel Gabino Bezouro, que comandou a Escola de outubro de 1910 a abril de 1914, foi o único Comandante deste Estabelecimento de Ensino que era veterano da referida Guerra, tendo participado dos combates de Tuiuti, Curupaiti, Pequiciri, Angostura e Lomas Valentinas.

E a Guerra da Tríplice Aliança foi um marco na história do continente. Conflito de grande envergadura, o qual envolveu inúmeros atores ao redor da Baía do Prata, foi deflagrado por intrincadas questões políticas, econômicas e também militares daquela estratégica região geográfica, no seu tempo. E nada mais precioso do que o estudo dos antecedentes e das consequências deste conflito, objeto maior da presente publicação, para destacarmos importantes aspectos que precederam e que sucederam aquele conflito.

Espero que o caro leitor aprecie bastante o conteúdo de mais esta publicação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Tenho a certeza de que a leitura da mesma fará aumentar bastante sua bagagem cultural e profissional, bem como despertará o interesse por outras publicações a respeito deste e de outros conflitos, os quais marcaram o curso da história, sobretudo da história militar, rico campo de estudo para as Ciências Militares.

Tenhamos todos uma boa leitura!

**General de Brigada Marcio de Souza Nunes Ribeiro**  
Comandante da ECEME

# SUMÁRIO

---

## A GUERRA DO PARAGUAI

7-17

Cel Cav QEMA FLÁVIO ROBERTO BEZERRA **MORGADO**

---

---

## OS ANTECEDENTES E AS CAUSAS DA GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA - AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE INTERPRETAÇÃO DESSE FATO HISTÓRICO

TC Com WALACE **PAYSAN** GOMES, TC Eng **ENZO** KATO, Maj Inf RAFAEL JOSÉ VIEIRA **BARRETO**, Maj Art UBIRAJARA **OLIVEIRA** VIEIRA DAS **NEVES**, Maj Inf ROBERTO NUNES **RIBEIRO FILHO**, Maj Cav DANIEL **FALCÃO** XAVIER DE SOUZA, Maj Art ALEXANDRE BATISTA LEITE **JUNIOR**, Maj Inf JOÃO PAULO DINIZ **GUERRA**, Maj Inf **LAURO** LIMA DOS SANTOS NETO. Maj QMB **ÁTILA** ALVES DE SOUZA, Maj Art MARCUS **EMANUEL** AZEVEDO BEZERRA, Maj Cav ÉDER **CORDOVA** DA SILVA, Maj Eng **EDÉSIO** MENESES LEÃO, Maj Eng **MARCUS CESAR** ALVES RIBEIRO e Maj Inf FABIO DOS **SANTOS** MOREIRA

18-32

---

## OS REFLEXOS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NA GEOPOLÍTICA DO CONE SUL

TC Inf **HERBERT** DE SOUZA LEMOS, Maj Art ÉDISON DOS SANTOS **PASTORIZA**, Maj Int **WELTON** FERREIRA CARDOSO, Maj Inf CRISTIANO GARCIA **GUEDES**, Maj Eng MIGUEL ANGELO GUTERRES **DALCIN**, Maj Art ALEXANDRE BORGES **VILLA** TREINTA, Maj Inf RODRIGO **ROZAS**, Maj Inf LUIZ ÂNGELLO **PELINSARI** CAMILO, Maj Inf CLEBER ROBERTO **KLEIN**, Maj Cav JÚLIO CÉSAR **MONTEIRO** DE VASCONCELOS **JÚNIOR**, Maj Inf DIEGO **MAIA** MENDONÇA, Maj Com RÔBER **YAMASHITA**, Maj Inf CARLOS **HENRIQUE** CANONGIA **MARQUES** e Maj Cav MATEUS FERNANDES **BRUM** DA SILVA.

33-48

---

# SUMÁRIO

---

## O IMPÉRIO DO BRASIL E O EXÉRCITO BRASILEIRO ANTES DA GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA

TC Cav **SERGIO WILSON DOS SANTOS**, Maj Inf **ROGÉRIO PREVATO MOREIRA ORBE**, Maj Inf **RONALDO BAETA NOGUEIRA**, Maj Inf **LEANDRO CASTRO DE GOES MARTINS**, Maj Cav **ANDERSON ESCOBAR VARGAS**, Maj Cav **DIEGO PEREIRA PEDRA**, Maj Art **DANIEL RODRIGUES LOBO VIANNA**, Maj Inf **ANDRÉ LUÍS MIRANDA PEIXOTO**, Maj Inf **EKTOR SIMON MONTEIRO INDÁ**, Maj Eng **JOÃO PAULO CARVALHO DE ALENCAR**, Maj Inf **ANDRE CESAR GUTTOSKI LEMOS**, Maj Inf **ROBERTO CARLOS NATTRODT BARROS JUNIOR**, Maj Art **FELIPE GALVÃO FRANCO HONORATO** e Maj Art **RODRIGO DA SILVA TERRA**.

---

49-62

## O IMPÉRIO E O EXÉRCITO BRASILEIRO APÓS A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

TC Art **ADERSON IWAMOTO DA SILVA**, Maj Cav **LUCIANO HICKERT**, Maj Cav **MARCELO DIAS MONTEIRO**, Maj Inf **TADEU JORDÃO BARRADAS**, Maj QMB **LEANDRO DA ROSA DUQUE ESTRADA MEYER**, Maj Cav **JOÃO PAULO DA SILVA NUNES**, Maj Inf **ALBERTO DANUBIO MANFRA JUNIOR**, Maj Inf **RODRIGO SCHARDOSIM VALÉRIO IAMIN**, Maj Inf **FRANCISCO BERNARDO OLIVEIRA DE MORAES**, Maj Cav **MIGUEL MEDEIROS VIANNA**, Maj Inf **RÔMULO ATTANAZIO JACOB**, Maj Inf **HENRIQUE CÉSAR BENITES ANANIAS**, Maj Inf **ANÍSIO MORAIS PESSOA JUNIOR** e Maj Inf **JULIO CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA**.

---

63-76

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos à Doutrina Militar, acesse os seguintes endereços na internet:

<http://www.cdoutex.eb.mil.br/>



<https://www.doutrina.decex.eb.mil.br/>



# A GUERRA DO PARAGUAI

Cel Cav QEMA Flávio Roberto Bezerra Morgado<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai foi uma disputa entre o Paraguai, de um lado, contra o Império do Brasil, a Confederação Argentina e a República do Uruguai, no período de 1864 a 1870, sendo considerado o maior conflito armado ocorrido na América do Sul.

É um conflito que possui muitas semelhanças com a Guerra de Secessão Americana, como a questão abolicionista, por exemplo, sendo que as duas ocorreram numa mesma época.

Suas origens podem ser encontradas nas disputas pelo poder na região da Bacia do Prata<sup>2</sup> e remontam à época em que o continente sulamericano era dividido em América Espanhola<sup>3</sup> e América Portuguesa<sup>4</sup>.

Os efetivos militares envolvidos no conflito ultrapassaram o número de 300.000 (trezentos mil) homens, ocasionando mais de 100.000 (cento mil) baixas (DORATIOTO, 2002, P. 456-462).

Suas conseqüências foram marcantes para os países envolvidos, principalmente em termos de ensinamentos para a Doutrina Militar, e em especial para o Império do Brasil, tendo em vista ter provocado mudanças importantes na estrutura do estado brasileiro.

O seu estudo até hoje produz conhecimentos que podem ser aproveitados nos conflitos modernos, particularmente no tocante as operações conjuntas, combinadas e interaliadas.

---

1 O autor é Coronel de Cavalaria e atualmente desempenha a função de Chefe da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército..

2 A Região da Bacia do Prata possui uma superfície de 3.200.000 km<sup>2</sup>, é a quinta maior bacia hidrográfica do mundo e a segunda maior do continente. Sua extensão é de 275 km, sua largura máxima é de 221,5 km. Abarca importantes faixas territoriais da Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai. (InfoEscola- 2013).

3 América Espanhola: Região da América do Sul colonizada pela Espanha.

4 América Portuguesa: Região da América do Sul colonizada por Portugal..



O presente estudo tem por finalidade mostrar como a Guerra do Paraguai pode ser considerada uma Operação Conjunta / Operação Combinada / Operação Interaliada, seguindo os conceitos utilizados nos dias de hoje.

## **2. OPERAÇÕES CONJUNTAS – OPERAÇÕES COMBINADAS – OPERAÇÕES INTERALIADAS**

O Glossário das Forças Armadas<sup>5</sup> do Ministério da Defesa do Brasil, publicado em 2007, utiliza os seguintes conceitos para estes tipos de operações:

- Operação Conjunta: Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, sem que haja a constituição de um comando único no escalão considerado.

- Operação Combinada: Operação empreendida, por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob a responsabilidade de um comando único.

- Operação Interaliada: Operação da qual participam elementos de uma ou mais forças armadas de países aliados, realizada sob a responsabilidade de um comando único.

Atualmente, o referido glossário encontra-se em revisão e estes conceitos sofrerão modificações. Além disso, a Lei Complementar N° 136, de 25 de agosto de 2010, substituiu o termo COMBINADA por CONJUNTO.

Tendo em vista estas modificações em curso e para um melhor entendimento, o presente artigo adotará as seguintes definições:

- Operação Combinada: Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, sem que haja a constituição de um comando único no escalão considerado.

- Operação Conjunta: Operação empreendida, por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob a responsabilidade de um comando único.

- Operação Interaliada: Operação da qual participam elementos de uma ou mais forças armadas de países aliados, realizada sob a responsabilidade de um comando único.

---

5 MD35-G01

### 3 A REGIÃO DA BACIA DO PRATA

A região da Bacia do Prata, devido ao seu alto valor estratégico e seus aspectos geopolíticos e geoeconômicos, despertou o interesse de diversos países ao longo da história.

A sua importância começou a ser verificada a partir do século XVI devido a sua navegabilidade, principalmente do Rio Paraguai, um dos formadores da Bacia, e a sua interiorização numa região muito pouco explorada.

A descoberta da prata na região do Potosi, no século XVI, e do ouro, no século XVII, na região oeste da então colônia portuguesa, cujo escoamento era realizado pela Bacia do Prata, somados à criação de gado e a produção de couro e charque na região, comprovam a importância e explicam o interesse na região.

A fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata, em 1680, pode ser considerado como o marco inicial dos conflitos na região. Fundada por Portugal com a finalidade de estender os domínios da coroa lusitana até o estuário da prata, provocou reações do reino espanhol a fim de retomar o controle da região, até o início do século XIX.

Portugal externa novamente seus interesses na região em 1811 iniciando uma campanha para anexar a Província Cisplatina, atual Uruguai, aos seus domínios. Após diversos combates, a região é anexada pelos portugueses em 1821.

Entre 1825 e 1828 ocorre a Guerra da Cisplatina entre o Império do Brasil, independente desde 1822, e as Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina, pela posse da Província Cisplatina. As principais conseqüências do conflito são a independência do Uruguai e a internacionalização do rio da Prata.

Outros dois conflitos importantes ocorridos na região foram a Guerra contra Oribe e Rosas, de 1851 a 1852, e a Guerra contra Aguirre, de 1864 a 1865. Ambos fazem parte da disputa entre o Brasil e Argentina pela influência no Uruguai e a hegemonia na região do Rio da Prata.

### 4 AS CAUSAS DA GUERRA

As causas da guerra estão ligadas com as disputas pelo controle do poder na região da Bacia do Prata, porém alguns fatores podem ser considerados como as causas principais da guerra.

A questão de limites entre o Brasil e o Paraguai, na região do Mato Grosso, envolvendo as regiões do rio Apa e rio Branco, tomando por base os Tratados de Santo Idelfonso de 1777, de Madri de 1750 e de Badajoz de 1801, pode ser

considerada uma das causas do conflito.

Nas divergências de limites, o governo brasileiro e o paraguaio mantinham-se intransigentes em suas posições e envenenavam as relações bilaterais. (DORATIOTO, 2002, p36).

Carlos López declarou a Carvalho Borges que não tinha esperança de viver em paz com o Brasil e que essa idéia o atormentava. (DORATIOTO, 2002, p37).

As nossas relações com a República do Paraguai apresentam um aspecto lisonjeiro, e aguarda o governo Imperial uma época não remota de se entenderem os dois governos sobre o final reconhecimento de sua respectiva linha divisória. (MEIRELLES, 1877, p7).

A intervenção do Império do Brasil na República Oriental do Uruguai, na Guerra contra Aguirre, em 1864, contrariou os interesses do Paraguai na região, sendo mais um motivo que causou o conflito.

Quando em 1864 penetrou uma divisão do exercito imperial do Brazil no território da Republica Oriental do Uruguay para prestar apoio militar a justas reclamações, surgiu repentinamente, e com geral surpresa, não só da America Meridional, como da Europa, a Republica do Paraguay, ameaçando immediato rompimento com o Brazil. (SCHNEIDER, 1902, p2).

A pretensão do Paraguai, na figura do seu Presidente Francisco Solano Lopez, de possuir uma saída para o mar e a questão da livre navegação do rio da Prata, são fatores causadores deste conflito armado.

A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; (DORATIOTO, 2002, p93).

No dia 12 de novembro de 1864, o Paraguai aprisiona o navio brasileiro Marquês de Olinda, constituindo um ato hostil do governo de Solano Lopez contra o Império do Brasil.

No dia 11 de novembro, Lopez mandava aprisionar o paquete, ordenava que o Sr. Carneiro de Campos fosse lançado em uma prisão, confiscava todas as propriedades

brazileiras que se achavão a bórdo do Marquez de Olinda e encorporava este vapor á esquadra paraguaya. (FIX, 1872, p62).

Em 13 de dezembro de 1864, tendo em vista os seus interesses na região da Bacia do Prata estarem ameaçados, o Paraguai declara guerra ao Império do Brasil e preparava a invasão do Brasil, numa ação diversionária, em Mato Grosso.

Em vão protestou o Sr. Vianna de Lima contra aquelle acto de violencia; no dia 13 de Dezembro de 1864, o Paraguay notificou a sua declaração de guerra ao Brazil; o ministro brasileiro recebeu os seus passaportes e a tantos vexames se viu exposto que a muito custo, e até mesmo com perigo de vida, conseguiu chegar a Buenos Ayres. A invasão de Matto-Grosso ia effectuar-se. (FIX, 1872, p62).

Sobre as causas da Guerra do Paraguai, Doratioto, 2002, conclui dizendo que a Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era umas das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por bases informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo em potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há ‘bandidos’ ou ‘mocinhos’, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a aliança com os blancos uruguaio e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomeu Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionando pelos blancos e por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitira depor Solano López.

## 5 O TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA

Após a invasão do Brasil em dezembro de 1864, na região de Mato Grosso, e da Argentina em abril de 1865, na região de Corrientes, pelas tropas paraguaias, Brasil, Argentina e Uruguai se unem e assinam o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865, a fim de combaterem o Paraguai do Presidente Solano Lopez.

A participação do Brasil e da Argentina é justificada tendo em vista as agressões sofridas pelas forças paraguaias. O Uruguai participa do tratado como uma resposta ao apoio recebido dos brasileiros durante a guerra contra Aguirre em 1864.

O tratado estipula como o objetivo político de guerra a substituição do governo de Solano López, além de proporcionar vantagens, no campo militar, para o Brasil, pois poderia utilizar o território argentino como base de operações, e para Argentina, tendo em vista que passa contar com o poderio naval do Império do Brasil para as operações.

Art. 6.º Compromettem-se solememente os aliados a não depôr as armas senão de commum acôrdo e só depois de haverem derrubado o actual governo do Paraguay; a não tratar separadamente com o inimigo, a não ajustar isoladamente nenhuma tregoa, nem armisticio, nem convenção, a não entabolar negociação alguma parcial que possa pôr termo á guerra ou interrompe-la, salvo com perfeito acôrdo de todos. (FIX, 1872, p76).

O tratado também define como estado final desejado a independência, integridade e soberania da república Paraguaia, além de definir os limites com o Brasil e a Argentina.

Art, 8. Obrigão-se os aliados a respeitar a independencia, soberania e integridade territorial da Republica do Paraguay. Consequintemente, poderá o povo paraguayoso escolher o seu governo e estabelecer as instituições que quizer, não sendo licito a nenhum dos aliados encorporal-o ou tel-o sob o seu protectorado, depois de finda a guerra. (FIX, 1872, p77).

Art. 16. Para evitar discussõe e qualquer guerra que poderia suscitar a questão de limites, o Paraguai será

convidado a celebrar tratados definitivos com cada um dos Estados aliados sobre as seguintes bases:

A Republica Argentina ficará separada da do Paraguay pelos rios Paraná e Paraguay, até encontrar a fronteira brasileira, isto é, até a Bahia Negra, na margem direita do Paraguay.

O Imperio do Brazil confinará com a Republica do Paraguay, do lado do Paraná, pelo primeiro rio acima das Sete-Quedas; isto é, segundo o recente mappa de Mouchez, pelo Igurey, desde a sua foz no Paraná, até ás suas nascentes; e do lado opposto do rio, pelo Apa, desde as nascentes até a sua foz no Paraguay; no interior, entre as nascentes do Apa e do Igurey, pelos cimos da serra de Maracajú, de modo que as vertentes orientaes fiquem pertencendo ao Brazil e as occidentaes ao Paraguay. Traçar-se-hão linhas tão rectas quanto fôr possível da referida serra ás nascentes do Apa e do Igurey. (FIX, 1872, p79).

## 6 O CENTRO DE GRAVIDADE

O Glossário das Forças Armadas do Brasil define Centro de Gravidade como o ponto essencial de uma nação, de forças militares ou de sistemas diversos, cujo funcionamento é imprescindível à sobrevivência do conjunto. É o ponto de onde uma força militar (amiga ou inimiga), pelas suas características, capacidades ou localidades, extrai sua liberdade de ação, força física ou vontade de lutar.

O Centro de Gravidade do Paraguai no nível político-estratégico era a figura do seu presidente, Francisco Solano Lopez, pois ele se constituía no ponto essencial do governo paraguaio, objetivo político de guerra estipulado no tratado da tríplice aliança.

No nível operacional, o centro de gravidade eram as forças militares paraguaias, com seus componentes terrestre e naval, sendo a fortificação de Humaitá, localizada na margem esquerda do rio Paraguai, a sua região capital de defesa.

## 7 AS OPERAÇÕES

Somente após seis meses dos inícios das hostilidades paraguaias é que as tropas aliadas iniciam o movimento buscando o contato com os agressores paraguaios, comandados por Solano Lopez.

O início do movimento ocorreu em Montevidéu, no dia 27 de abril de 1865, com um efetivo em torno de 10 mil homens. Em 1º de março de 1866 acampou em Tala Cora, próximo ao Passo da Pátria, com o efetivo em torno de 58 mil homens (33 mil brasileiros, 22 mil e quinhentos argentinos e 2 mil e quinhentos uruguaios).

Em 11 de junho de 1865 ocorreu a Batalha Naval do Riachuelo envolvendo as esquadras paraguaia, com 8 (oito) navios, e brasileira, com 9 (nove) navios. A força paraguaia foi derrotado o que permitiu a livre navegação pela Bacia do Prata dos navios brasileiros e retirou a capacidade ofensiva da esquadra paraguaia.

A vitória naval brasileira no Riachuelo inviabilizou a continuidade da invasão paraguaia, ao dar aos aliados o controle da navegação do rio Paraná, caminho estratégico para o envio de tropas e suprimentos na ação contra os invasores de Corrientes. (DORATIOTO, 2002, p93).

O período de 1º de março a 15 de abril de 1866 foi destinado à preparação, reconhecimentos e ajustes para a travessia dos rios Paraná e Paraguai e invasão do território paraguaio. Neste período, no dia 10 de abril, as forças paraguaias executaram um ataque à ilha de redenção, no leito do rio Paraná, a fim de desorganizar e retardar as operações aliadas.

O período compreendido entre abril de 1866 e agosto de 1868 marca uma fase diferente da campanha, sendo basicamente uma guerra de posições, pois do local do desembarque e invasão do território paraguaio no Passo da Pátria até a ocupação aliada na fortificação de Humaitá, foram percorridos apenas 20 quilômetros.

Neste período ocorreram diversos combates, com destaque para a batalha de Tuiti, em 24 de maio de 1866, e a batalha de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866. Tuiti foi uma grande vitória aliada enquanto que Curupaiti marca uma grande vitória paraguaia.

A derrota aliada em Curupaiti provocou uma pausa nos combates e uma série de reajustes, principalmente na parte logística. Terminada a fase de reajustes a ofensiva foi retomada, os aliados realizaram uma operação de flanco e a posição fortificada de Humaitá é ocupada em agosto de 1868.

A tomada de Humaitá abriu aos aliados o caminho que devia levá-los a Assumpção e assegurar a completa restauração de Matto Grosso. (FIX, 1872, p182).

A queda de Humaitá abriu uma nova fase da guerra, compreendendo o período de agosto a dezembro de 1868, tornando-se uma guerra de movimento. Neste período os aliados avançaram mais de 200 Km em território paraguaio, com destaque para a manobra de flanco de Piquiciri e os combates de Itororó, Avaí e Angustura.

A vitória aliada na região do arroio Piquiciri sela o destino das tropas paraguaias, pois não possuem mais condições de conduzir operações de vulto contra os aliados. Após esta vitória, iniciou-se a fase da perseguição e do cerco, no período de janeiro de 1869 a março de 1870.

Nesta fase destacam-se o combate de Piribebuí, em agosto de 1869, e o combate de Cerro-Corá, em 1º de março de 1870, quando o presidente do Paraguai, Francisco Solano Lopez, foi morto, encerrando os combates.

## 8 A ORGANIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES

O Teatro de Operações foi composto por duas forças componentes, a terrestre e a naval. A força terrestre era composta por tropas brasileiras, argentinas e uruguaias, e a força naval era composta pela esquadra brasileira.

O Tratado da Tríplice Aliança nomeou o presidente argentino Bartolomeu Mitre como o Comandante do Teatro de Operações, porém somente a força terrestre ficou sob seu comando, enquanto que a força naval ficou sob o comando do Visconde de Tamandaré. Comandante-em-Chefe da Esquadra Brasileira.

Art. 3º. Devendo as operações de guerra principiar no territorio da Confederação Argentina, ou n'uma parte do territorio paraguayo limitrophe da mesma, fica o commando em chefe e direcção dos exercitos alliados confiado ao presidente da Confederação Argentina e general em chefe do seu exercito, brigadeiro D. Bartholomeu Mitre.

As forças marítimas dos aliados ficarão debaixo do commando immediato do vice almirante Visconde de Tamandaré, commandante em chefe da esquadra de S. M. o Imperador do Brazil. (FIX, 1872, p182).



O fato da força naval não ser subordinada ao Comandante do Teatro de Operações gerou vários problemas e discussões entre o General Mitre e o Vice Almirante Tamandaré sobre o emprego conjunto das forças, o que gerou problemas nas operações visando a conquista de Humaitá, principalmente no combate de Curupaiti.

Em janeiro de 1868, o presidente Mitre retira-se do Teatro de Operações, devido a problemas internos na Argentina, passando o comando ao Marquês de Caxias, general do exército brasileiro.

No período em que Mitre permaneceu no comando do teatro de operações pode-se dizer que foi executada uma operação combinada e interaliada, conforme os conceitos anteriormente expressos.

Ao assumir o comando do teatro de operações Caxias consegue que a força naval fique sob seu comando. Este fato propiciou um emprego conjunto das forças terrestres e naval, facilitando as operações, desde a conquista de Humaitá até o final da guerra, tornando os combates mais dinâmicos.

O decreto do governo imperial, que nomeou Caxias para o comando das forças terrestres, não fazia menção de que ele também teria a esquadra sob suas ordens, embora isso viesse a ocorrer de fato. (DORATIOTO, 2002, p278).

Após a saída de Mitre, quando Caxias assume o comando do teatro de operações e coloca a força naval sob seu comando até o final da guerra, pode-se dizer que foi executada uma operação conjunta e interaliada, segundo os conceitos expressos anteriormente.

## 9 CONCLUSÃO

Os conceitos de operações conjuntas, combinadas e interaliadas podem ser encontrados em diversos episódios da história militar mundial.

A Guerra do Paraguai é um excelente caso para se estudar estes conceitos, pois durante o período em que as forças componentes não atuaram sob um mesmo comando, ou seja, de forma conjunta, os combates não apresentaram ganhos significativos. Somente após as forças atuarem de forma conjunta é que os combates se tornaram mais dinâmicos e os ganhos foram significativos, antecipando o final da guerra.

Atualmente as forças armadas têm atuado cada vez mais de forma conjunta e interaliada, mas não se pode esquecer o que diz Huntington (HUNTINGTON, 1996, p. 82) sobre o estudo da História Militar ao citar Moltke: **“A História Militar é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz”**.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 1. ed. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Complementar Nº 136, de 25 de agosto de 2010: Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa**. Brasília, DF, 2010.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FIX, Teodoro. **Historia da Guerra do Paraguay** . 1. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1872.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1996.

InfoEscola. **Bacia do Prata**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/hidrografia/bacia-do-prata/>>. Acesso em 05 Fev 13.

JOURDAN, Emílio C. **Guerra do Paraguay**. 1. ed. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. **A HISTÓRIA MILITAR: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural**. Disponível em: <<http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br/A4/A%20Historia%20Militar%20notas%20sobre%20o%20desenvolvimento%20do%20campo%20e%20.pdf>>. Acesso em 14 Mar 13.

MEIRELLES, Theotônio. **Campanha do Paraguay**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Senado Federal, 1877.

SCHNEIDER, L. **A Guerra da Triplice Aliança contra o Governo da Republica do Paraguay (1864-1870)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

# OS ANTECEDENTES E AS CAUSAS DA GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA - AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE INTERPRETAÇÃO DESSE FATO HISTÓRICO

Grupo de Trabalho Nr 1 do CCEM 1º Ano 2019: TC Com WALACE **PAYSAN GOMES**, TC Eng **ENZO KATO**, Maj Inf RAFAEL JOSÉ VIEIRA **BARRETO**, Maj Art UBIRAJARA **OLIVEIRA VIEIRA DAS NEVES**, Maj Inf ROBERTO NUNES **RIBEIRO FILHO**, Maj Cav DANIEL **FALCÃO XAVIER DE SOUZA**, Maj Art ALEXANDRE BATISTA LEITE **JUNIOR**, Maj Inf JOÃO PAULO DINIZ **GUERRA**, Maj Inf LAURO LIMA DOS SANTOS NETO. Maj QMB **ÁTILA ALVES DE SOUZA**, Maj Art MARCUS **EMANUEL AZEVEDO BEZERRA**, Maj Cav ÉDER **CORDOVA DA SILVA**, Maj Eng **EDÉSIO MENESES LEÃO**, Maj Eng **MARCUS CESAR ALVES RIBEIRO** e Maj Inf FABIO DOS **SANTOS MOREIRA**.<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O ano e dois mil e vinte marca o transcurso de 150 anos da vitória da Tríplice Aliança sobre Francisco Solano López, ditador paraguaio. Considerado o maior conflito armado internacional que ocorreu na América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai, foi resultante do choque de interesses entre os países envolvidos, fruto de uma crise na região do Prata, na segunda metade do século XIX.

Os eventos da referida guerra se iniciaram em março de 1864, com o aprisionamento de um navio brasileiro pelos paraguaios, no rio Paraguai. O conflito transcorreu por mais de cinco anos, terminando com a morte de Solano López em Cerro Corá, em 1870. Durante o conflito, se opuseram: a Tríplice Aliança, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, formada em tratado de 1º de março de 1865; e o Paraguai, tendo à frente Francisco Solano López, presidente do país no período.

Parte do território da América do Sul registrou embates navais e terrestres, especificamente na região da bacia hidrográfica do Prata, estuário criado pelas

---

<sup>1</sup> Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

sub-bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e afluentes, com ligação ao oceano Atlântico, local que inclui partes dos territórios dos referidos contendores.

Desde os primeiros registros históricos, foram constituídas quatro versões predominantes na narrativa historiográfica sobre a Guerra da Tríplice Aliança. A versão que se deu logo após a guerra foi classificada como *memorialístico-militar-patriótica*, cujos expoentes foram Antônio Sena Madureira, Dionísio Cerqueira, Alfredo d'Escagnolle Taunay e Tasso Fragoso (QUEIRÓZ, 2010, p. 71). A versão *positivista ortodoxa* se desenvolveu no mesmo período, sendo defendida sobretudo por Raimundo Teixeira Mendes (MAESTRI, 2011, p. 2). Nova versão surgiu nas décadas de 1960/70/80 e foi classificada como *revisionista*, destacando-se as obras de León Pomer e Júlio Chiavenatto (MAESTRI, 2009, p. 9). Por fim, a partir da década de 1990 surgiu a versão *neo-revisionista*, com destaque para as obras de Francisco Doratioto (MAESTRI 2009, p. 16).

A historiografia produzida em um primeiro momento – *memorialístico-militar-patriótico* – foi propagada pelo Exército Brasileiro. O principal objetivo da referida narrativa foi mostrar o Brasil como vencedor da guerra, com base nos relatos dos participantes do conflito. Além disso, tal versão apresentou enfoques de estratégia de guerra e enaltecimento dos comandantes militares. Nesse tocante, Salles afirma que:

Cabe aqui lembrar que esse era o momento em que a escrita da História estava centrada nos *grandes homens*, nos chamados *heróis nacionais*. Nessa perspectiva, podemos perceber, de maneira mais evidente, a questão da identidade nacional intrincada nas narrativas desta vertente historiográfica. (SALLES, 2015, p. 30)

Em um segundo momento, a versão *positivista-ortodoxa*, de ideias republicanas, criticou a versão *memorialística-militar-patriótica* sobretudo por sua vinculação à monarquia. Nesse período, o país passava por transformações ideológicas relacionadas à monarquia e à república, devido à mudança política que ocorria no Brasil. Podemos perceber essa abordagem no seguinte trecho, no qual Salles afirma:

Assim, o início da República é não somente marcado pelo confronto de ideais políticos entre republicanos e restauradores monarquistas, mas também pelo confronto de construções de uma História nacional, na qual a Guerra do Paraguai desempenhou um relevante papel. (SALLES, 2015, p. 32)

A terceira versão foi desenvolvida a partir da influência do comunismo internacional no continente. Essa vertente historiográfica se apresentava como *revisionista*, apontando a presença inglesa, como um dos catalisadores do conflito.

Nesse ínterim, verificamos a abordagem do autor dessa versão, na qual se relata que “as causas fundamentais para a destruição do Paraguai, é bom ressaltar, são nitidamente econômicas” (CHIAVENATTO, 1983, p. 35, apud SALLES, 2015, p. 33).

Já em meados da década de 1980, surgiu a versão *neo-revisionista*, baseada em pesquisas acadêmicas. As ideias apresentadas nessa historiografia, portanto, não se condicionaram ao que fora produzido anteriormente, justificando a sua importância ao pôr nova luz sobre os acontecimentos da guerra. Salles afirma que:

É inegável a contribuição historiográfica da obra de Doratioto, mas não podemos considerá-la como sendo a interpretação que desvendou/iluminou a verdade sobre a Guerra do Paraguai, desconsiderando assim as interpretações anteriores.” (SALLES, 2015, p. 35)

Devido às mudanças ocorridas ao longo do tempo, tendo variadas interpretações produzidas por diferentes autores, em relação aos acontecimentos do referido conflito, é importante avaliar as possíveis prospecções sobre o assunto e impacto na historiografia brasileira, a fim de não desconstruí-la.

A seguir, serão analisadas as versões predominantes sobre os antecedentes e as causas da Guerra da Tríplice Aliança, concluindo sobre as tendências contemporâneas de interpretação desse fato histórico.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 OS ANTECEDENTES DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Um dos antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança foi o processo da ocupação colonial na região platina. A colonização da região platina caracterizou-se, particularmente, a partir da União Ibérica (1580-1640), pela ocupação errática portuguesa e espanhola de vastas regiões no Cone Sul-Americano, o que resultou na indefinição de limites mutuamente aceitos por aquelas metrópoles e pelos Estados que delas se formaram. Esta ocupação foi bastante concorrente na área do Prata, visto que a região era atrativa em recursos e proporcionava ao seu contendor o melhor acesso ao interior do subcontinente. Este processo se fazia notar pela construção de fortes militares ou pelo estabelecimento de assentamentos populacionais de maioria castrenses, como o da localidade de Colônia, por exemplo. Desta forma, a região sul do Brasil e o Paraguai estiveram envoltos, durante seu período colonial, em um ambiente belicista que veio a favorecer a eclosão da guerra da Tríplice Aliança anos mais tarde. Esse problema é reconhecido em

todas as versões predominantes, no entanto, é explorado de forma antagônica nas versões *memorialista-militar-patriótica* e *neo-revisionista* contra os revisionistas e positivistas ortodoxos. Para os primeiros, os territórios estavam sob lícito litígio, sendo plausíveis as aspirações das partes. Por outro lado, os *positivistas-ortodoxos* e os *revisionistas* deslegitimaram as pretensões brasileiras e argentinas sobre os territórios litigiosos com o Paraguai. Possivelmente estas versões assim se posicionaram pela condição oposicionista de seus ideólogos em relação aos regimes políticos de suas respectivas épocas, com vistas a atacar seus fundamentos.

Outro antecedente da Guerra da Tríplice Aliança foi o processo de formação dos Estados platinos. A formação dos Estados Argentino, Brasileiro, Paraguai e Uruguai foi conturbada. Após as guerras napoleônicas na Europa, as condições foram criadas para a independência das colônias sul-americanas. No entanto, a inapetência das metrópoles por resistir aos processos de independência não pressupôs harmonia dos emancipados sobre como fazê-la. Assim, pode-se dizer que predominavam duas correntes, a daqueles que buscavam uma unidade nacional correspondente aos territórios das antigas metrópoles e outra dos que buscavam o separatismo, a fim de constituírem pequenos Estados autônomos em relação às demais partes da antiga colônia da qual faziam parte, normalmente defendida por caudilhos de províncias distantes da capital. Nesse contexto, diversos conflitos eclodiram nos primeiros anos pós-independência, resultando, por um lado, em receio de fragmentação por parte do Império do Brasil, particularmente após a Guerra dos Farrapos, e da Argentina (que visava compor-se dos territórios do antigo Vice Reinado do Prata), pelo outro lado, havia o temor de anexação por parte do Paraguai e do Uruguai pelos vizinhos. O tratamento dado a esse antecedente pela versão *memorialística-militar-patriótica* é a de que se tratava de uma condicionante fundamental para os respectivos chefes de Estado. Para o *positivismo ortodoxo*, o temor de fragmentação deveria evoluir para a aceitação da tendência natural da formação de Estados menores. Para os *revisionistas*, o temor de fragmentação foi convertido em retórica para mascarar intuito expansionista ou imperialista, oprimindo os Estados menores. Por sua vez, com o *neo-revisionismo*, resgatou-se a empatia dos próceres da época e entendeu os temores das partes como condicionantes de seus atos antes de eclodida a guerra, bem como destacaram-se os antagonismos internos como objeto das políticas exteriores em toda a região, particularmente na formação de alianças numa série de questões em que os países que compartilhavam a bacia do Prata se envolveram.

Também consta como um antecedente da Guerra da Tríplice Aliança a diferença entre formas e regimes de governo entre Brasil e Paraguai. Durante o período do conflito supracitado, o Brasil era uma Monarquia que, desde 1847,

havia assumido o regime de governo parlamentarista. Essa Monarquia, que se autoproclamava “Império”, parecia aos olhos dos países platinos, um vizinho grande, poderoso e de possíveis aspirações expansionistas e estava associada à oligarquia escravagista, o que desabonava o Império face os vizinhos. O Paraguai, por sua vez, embora fosse uma república, estava no terceiro regime ditatorial perpétuo [Gaspar Rodríguez de Francia (1811-1840), Carlos Antônio Lopez (1840-1862) e Francisco Solano Lopes (1862-1870)], que controlava as terras e o comércio exterior. Já as repúblicas Argentina e Uruguai viviam sob polarização extrema, suscitando conflitos fratricidas entre unitaristas e federalistas na Argentina e blancos e colorados no Uruguai, tornando ambos países instáveis. Sobre esses aspectos, a versão *memorialístico-militar-patriótico* interpretou as dinâmicas nos países vizinhos conforme o paradigma realista, sob a ótica do interesse nacional, em que o Império estava focado em consolidar a pacificação nas províncias brasileiras, obter a livre navegação na bacia do Prata, solucionar os litígios territoriais, bem como fortalecer os Estados do Uruguai e Paraguai para conter um eventual expansionismo argentino. Quanto ao Paraguai, a versão *memorialística-militar-patriótica* julgava o regime tirânico, particularmente a partir da ascensão de Solano López. Já a versão *positivista* ortodoxa concentrava-se em questionar a associação da monarquia à oligarquia escravagista brasileira e à política intervencionista no Prata. Por sua vez, a *revisionista* também condenou o intervencionismo brasileiro no Prata, ao passo que abrandada a ditadura paraguaia e a enalteceu no sentido de ter proporcionado um grande desenvolvimento socioeconômico à nação guarani. Assim, elevou esse aspecto da organização socioeconômica paraguaia ao status de um dos principais fatores a desencadear a guerra, pois teria ensejado a Inglaterra a aspirar à mudança do regime para que o capitalismo inglês imperasse em toda a região. Já a *neo-revisionista* buscou apresentar a interpretação das versões anteriores sem questioná-las, exceto pela tese revisionista da ingerência inglesa para a eclosão da guerra, a qual refutou.

Outro antecedente da Guerra da Tríplex Aliança foi a disputa, na Argentina, entre Federalistas e Unitaristas. A disputa entre federalistas e unitaristas na Argentina permeou a evolução inicial desse país, levando a conflitos fratricidas. Com o fim da Guerra do Prata, em 1852, foi assinado o Acordo de San Nicolás, que descentralizou o poder no país e concedeu grande autonomia às províncias. Tal situação desagradou a província de Buenos Aires que não aceitou perder sua influência e poder sobre as demais e se retirou da confederação. A Argentina, então, viu-se dividida em dois Estados rivais. De um lado, os unitaristas, que buscavam a centralização político-econômica em torno de Buenos Aires, e do outro,

os federalistas, que buscavam autonomia nas províncias, com destaque para a de Entrerrios, onde Urquiza liderava os antagonistas. Solano López era simpático aos federalistas, dos quais esperava obter apoio militar numa eventual ameaça a seu território por parte dos unitaristas, particularmente após a ascensão de Bartolomé Mitre ao poder na Argentina e a unificação do país ao vencer Urquiza na Batalha de Pavón em 1851. Esse antecedente foi tratado nas versões *memorialístico-militar-patriótica* e na *neo-revisionista* novamente sob a ótica do interesse nacional da época, enquanto nas versões *positivista-ortodoxa* e *revisionista* paradoxalmente se criticou a política do Império no Prata, mas se omitiram ações cometidas contra o Brasil, como o patrocínio do federalista Juan Manuel de Rosas aos farrapos, durante a Revolução Farrroupilha.

A Guerra do Prata, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, ocorreu no contexto da longa disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência sobre a nação paraguaia e hegemonia na região do Rio da Prata. A guerra foi travada no Uruguai, Rio da Prata e nordeste argentino de agosto de 1851 a fevereiro de 1852, entre as forças da Confederação Argentina e as forças da aliança formada pelo Império do Brasil, Uruguai e províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes. Para as versões *memorialístico-militar patriótica* e *neo-revisionista* a Guerra contra Oribe e Rosas significou o aprofundamento do temor Paraguai de ter seu território anexado pela Argentina. Para o Brasil, reforçou o temor da perda de parte da região sul do país para a Argentina e do fomento de conflitos internos, particularmente no Rio Grande do Sul, tal como patrocinara Rosas anos antes. Já as versões *positivista ortodoxa* e *revisionista* concentram-se na comparação entre o regime republicano argentino e o monárquico brasileiro para contestar a classificação de Juan Manuel Rosas como déspota.

De maneira semelhante, o Uruguai tinha uma histórica disputa interna entre blancos e colorados. A disputa entre ambas as facções desencadeava a polaridade na República Oriental, pondo sob ameaça os adeptos da facção apeada do poder, gerando instabilidade no Uruguai, com reflexos sobre os países vizinhos. Assim, cada facção buscava apoio externo em autoridades nos países da bacia do Prata, nem sempre de situação, levando, logicamente a que os ocupantes do poder em cada país tivessem uma facção de preferência, que coincidia com sua visão de política exterior. Essas disputas não arrefeceram, levando o Uruguai a entrar numa guerra civil na década de 1860. Nessa época, aproveitando-se do contexto político vivido pela nação uruguaia, Solano López decidiu pela aproximação do Paraguai com os blancos, que estavam no poder, pois tal aliança propiciava aos paraguaios a utilização do porto de Montevideu como alternativa ao de Buenos



Aires para acesso ao mar. Por sua vez, os colorados foram apoiados pela Argentina e pelo Brasil, acirrando a disputa. As versões *memorialístico-militar-patriótica* e a *neo-revisionista* adotam o paradigma realista nas relações internacionais quanto a esse antecedente, entendendo como natural o interesse de Argentina, Brasil e Paraguai em apoiar uma ou outra facção conforme as respectivas políticas externas. Já as versões *positivista-ortodoxa* e *revisionista* colocam essa questão na perspectiva idealista, entendendo ter sido contra o princípio da não-intervenção, mesmo sendo o paradigma idealista construção do século XX.

A questão fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina foi outro antecedente da Guerra da Tríplice Aliança. Na segunda metade do século XIX, o Paraguai buscou reforçar sua posição como potência regional e disputou territórios fronteiriços com Brasil e Argentina. Do ponto de vista do Paraguai, esse fato era agravado pela ideia de que os vizinhos seriam responsáveis pela estagnação do país, limitado dentro de fronteiras mal delimitadas, sem saída para o mar. Em relação ao Brasil, o Paraguai reivindicou, com base no Tratado de Santo Ildefonso de 1777, assinado por Espanha e Portugal, os limites fronteiriços no rio Branco, região rica em erva-mate. Entretanto, o Brasil contestou que o Tratado de Badajoz, também assinado pelas antigas metrópoles, após a Guerra de 1801, que anulou o tratado anterior e definiu a fronteira na região no rio Apa, mais ao sul do rio Branco. Tal fato desagradou o Paraguai, em função de ser uma fronteira seca em parte do ano e que facilitaria o deslocamento de tropas brasileiras em caso de um conflito. Os dois países definiram que essa questão ficaria suspensa até 1862, mantendo um impasse que agravou a relação entre os países. Para as versões *memorialístico-militar-patriótica* e *neo-revisionista* tratava-se de uma questão prevalente entre todos os países e natural, em virtude dos recentes processos de independência. Para a versão *positivista-ortodoxa*, a questão de fronteiras era legítima, mas inadequadamente conduzida pela política externa brasileira, pois esta não condizia com os ideais positivistas e o princípio da “Humanidade”. Para a versão *revisionista*, os pleitos territoriais argentino e brasileiro eram ilegítimos, pois se usavam da condição de Estados mais poderosos para subjugar injustamente os vizinhos menores.

Outro antecedente da Guerra da Tríplice Aliança foi a questão da navegação nos Rios Paraná e Paraguai. A tensão entre o Brasil e o Paraguai, agravada pelas questões fronteiriças, levou o Paraguai a proibir, em 1854, a navegação de qualquer navio estrangeiro nos rios até que se definisse essa questão dos limites com o Brasil. A livre navegação dos rios da bacia platina era o maior interesse do Brasil nessa região, principalmente porque era vital para que o governo central mantivesse contato com a província do Mato Grosso, além do comércio e transporte. Nesse período, não existiam estradas por terra que proporcionassem a

ligação do Mato Grosso a outras partes do Brasil. Após um período de indecisão, o Brasil enviou uma esquadra formada por vinte navios de guerra para forçar um acordo pela navegação dos rios, agravando o atrito diplomático e as divergências entre Brasil e Paraguai. Para as versões *memorialístico-militar patriótica* e *neo-revisionista*, a busca pela liberdade de navegação na bacia do Prata era uma razão de Estado, dado ser a única forma de comunicação possível para a província de Mato Grosso. Já a versão *positivista-ortodoxa* critica a política imperial neste aspecto, alegando que teria sido muito melhor se o Brasil tivesse investido em transporte ferroviário para ligar aquela província ao litoral brasileiro, o que teria distensionado as relações com o Paraguai e também teria custado muito menos que o gasto na Guerra da Tríplíce Aliança. Para a versão *revisionista*, a questão da liberdade de navegação na bacia da Prata era antes de tudo para atender ao interesse do imperialismo britânico.

A Questão Christie foi outro fato que antecedeu a Guerra da Tríplíce Aliança. Ocorrida durante o Segundo Reinado no Brasil, ela foi caracterizada por uma sucessão de eventos que abalou a relação entre o país e o Reino Unido, já desgastada em função do interesse da coroa britânica pelo fim do tráfico de escravos no Brasil e pela vigilância imposta no tráfico no Atlântico, fatos que causaram uma série de incidentes como o bloqueio dos portos brasileiros em 1831. Após a chegada do Ministro da Inglaterra no Brasil, William Dougal Christie em 1860, outros três fatos constituíram a chamada Questão Christie. O primeiro, quando os tripulantes da fragata Emerald envolveram-se num incidente e mataram um guarda alfandegário no Rio de Janeiro, sendo o julgamento do crime acobertado por Christie. O segundo incidente, ocorrido em 1861, foi o naufrágio acidental do navio inglês chamado *Prince of Wales* na praia de Albardão no Rio Grande do Sul, que teve sua carga saqueada e a tripulação não encontrada, gerando um descontentamento inglês com o império brasileiro. O terceiro incidente ocorreu quando três oficiais da Marinha inglesa desceram à terra, de bordo da fragata Fort, no dia 17 de julho de 1862 e, embriagados e à paisana, desafiaram a guarda de um posto policial da Tijuca, sendo presos em seguida. O embaixador britânico exigiu uma indenização pela carga perdida no segundo incidente e a punição aos militares responsáveis pela prisão dos três ingleses. Somente o pagamento da indenização foi atendido por D. Pedro II, que solicitou explicações à Inglaterra sobre o comportamento de seu embaixador no Brasil, além de uma mediação internacional que deu ganho de causa ao país, culminando com o fim das relações diplomáticas com a Inglaterra, entre os anos de 1862 e 1865 (BRASIL, 2020). Para a versão *memorialístico-militar patriótica*, esse fato foi tratado como uma afronta à soberania brasileira e como um relativo empecilho para as tratativas diplomáticas nas véspe-

ras da Guerra da Tríplice Aliança. Para a versão *neo-revisionista*, significou a geração de um sentimento de humilhação do Império que precipitou a adoção de medidas contra os blancos no Uruguai, e 1862 a fim de resgatar o orgulho ferido. Além disso, a Questão Christie foi interpretada como a negação da tese revisionista da manipulação imperialista inglesa ao Brasil.

Conclui-se parcialmente que os antecedentes da Guerra da Tríplice foram fatos históricos reconhecidos por grande parte dos historiadores, variando em alguns aspectos e tendo sua interpretação justificada por ideologia ou distorções que visam a criar uma narrativa capaz de influenciar como atualmente as pessoas enxergam aquele conflito. Cabe ressaltar que a versão *memorialística-militar-patriótica* enriquece a análise dos antecedentes por ser rica em descrições criadas por autores que viveram à época da guerra ou tiveram contato com pessoas que participaram desse conflito. A *neo-revisionista* possui grande credibilidade devido ao rigor acadêmico das pesquisas, baseadas em grande parte em fontes primárias, ambas indicando os antecedentes da guerra para questões de fronteiras, políticas e econômicas.

## 2.2 AS CAUSAS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Na versão *memorialística-militar-patriótica* da Guerra da Tríplice Aliança, se enxerga a ascensão do ditador Francisco Solano López à presidência do Paraguai, em 1862, após a morte de seu pai, Carlos Antônio López, como uma das principais causas da guerra devido ao seu furor expansionista, prepotente e inconsequente (FRAGOSO, 1934, p.192). Na versão *revisionista*, principalmente a de origem paraguaia, López teria sido um herói nacional que levou seu país à guerra a fim de defender os interesses do seu povo (O'LEARY, 1954, p.121). A versão *neo-revisionista* confirma a versão *memorialística-militar-patriótica* ao registrar que Carlos López, antes de morrer, desejava que a sucessão da presidência ocorresse para Benigno López, irmão mais novo de Solano, pois o considerava mais ponderado e equilibrado que o impulsivo primogênito Solano (DE LIMA, 2016, p. 85). Dessa maneira, percebe-se que diversas visões da Guerra do Paraguai identificam a ascensão de Solano López à presidência como uma das causas, variando apenas na interpretação de suas motivações para o início da guerra, seja justificando por sua liderança política e militar ou por seu sonho de construir, na América do Sul, um grande Estado, dominado pelo Paraguai, reconstituindo o antigo Jesuítico (BRASIL, 1972, p. 584).

A preparação militar paraguaia indicava uma atitude beligerante que pode ser identificada como uma causa para a guerra. A versão *revisionista* considerava

que o Paraguai era a grande potência na América do Sul e que o ditador Solano López poderia derrotar militarmente as nações vizinhas e conquistar novos territórios. Essa versão ganhou força no Paraguai, a partir de 1954, durante os governos militares que buscavam resgatar a nacionalidade paraguaia em tons ufanistas, resgatando a imagem do soldado paraguaio. Na versão *patriótica*, o Paraguai era um país fraco e agrário, com processo de industrialização incipiente e sem uma base econômica consistente. Na versão *neo-revisionista*, desde o primeiro marechal López, o Paraguai passava por um processo de modernização, cuja industrialização provinha, principalmente, de investimentos estrangeiros, mas que seu exército, apesar de ter 30 mil homens, era desorganizado, composto por muitos recrutas e reservistas, além de uma marinha com poucos e antiquados navios (DORATTO, 2002, p.61-62). A Inglaterra foi um dos principais responsáveis em transformar o local num país consideravelmente desenvolvido, mas não politicamente, pois o país vivia uma república, mas com ações ditatoriais. Segundo De Lima (2016, p. 170), o governo de López fez um empréstimo de 5 milhões de libras esterlinas de Londres. Parte desse recurso deve ter sido utilizada para financiar a aquisição de novos armamentos, munição e provisões para o Exército paraguaio.

Após a ascensão de Bartolomeu Mitre à presidência da Argentina, em 1862, recrudesceram as disputas pela hegemonia entre as províncias de Buenos Aires, contra Corrientes e Entre Rios, governadas por Urquiza. Assim sendo, a Guerra do Paraguai converteu-se em grande oportunidade para que Mitre sobrepujasse seu maior adversário político, consolidando-se como líder regional e fortalecendo o unitarismo argentino. Dessa maneira, a ascensão de Mitre à presidência da Argentina aumentou o antagonismo com o Paraguai.

A rivalidade política entre Rivera e Lavalleja levou colorados e blancos à guerra civil em 1839 no Uruguai. Após receberem apoio do Império do Brasil, os colorados sagram-se vitoriosos, apesar da crise econômica do país. Desta forma, a economia uruguaia ficou arruinada, sua população dizimada, e o governo foi obrigado a permitir a livre navegação por parte de navios brasileiros no Rio Uruguai, assumindo pesadas dívidas no conflito, além de isentar o charque brasileiro em seu território, levando ao descontentamento por parte da população com o governo colorado. Na visão revisionista, as ações brasileiras no Uruguai respaldavam uma ação militar paraguaia contra o Império.

O presidente Bernardo Berro, do partido blanco, buscou reequilibrar as finanças do Uruguai, após 12 anos de guerra civil. Frente à concorrência do charque brasileiro, produzido com mão-de-obra escrava e de custo menor, passou a

taxar o comércio do gado entre Brasil e Uruguai. Em decorrência disso, os estancieiros gaúchos passaram a reivindicar a proteção de seus interesses econômicos e a apoiar militarmente o colorado de Flores, contribuindo para que Berro renunciasse, o que desestabilizou politicamente o Uruguai e contribuiu para a eclosão da guerra. Esse fato é apresentado pela versão *positivista ortodoxa* como um erro político da monarquia brasileira, o qual poderia ter evitado a Guerra do Paraguai.

Outro fato que causou a guerra foi a falha nas negociações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, conhecido como Plano Saraiva, e a solicitação de apoio de Atanazio Aguirre, presidente interino do Uruguai em 1864, a Solano López, para “evitar complicações que seriam prejudiciais à tranquilidade e à segurança da região”. O enviado de Aguirre ao Paraguai afirmava que o Brasil pretendia anexar uma porção do território uruguaio e que o Paraguai poderia ser o próximo. A versão *memorialístico-militar-patriótica* interpreta esse fato como a continuidade da distensão pretendida pelo Império no Rio Grande do Sul, após a Revolução Farroupilha, e como uma oportunidade de capitalizar a opinião pública em favor do Império após o ultraje sofrido na Questão Christie. A versão *revisionista* atribui à Inglaterra a concepção do Plano Saraiva, que teria sido elaborado por seu embaixador na Argentina, Edward Thornton, bem como reputa como ilegítima a intervenção, mesmo que diplomática, contra o governo blanco no Uruguai, para atender a interesses de brasileiros proprietários de terras nesse país, bem como interpreta esse fato como uma espécie de linha vermelha a partir da qual o Paraguai entendia que qualquer medida ofensiva do Império ou da Argentina seria uma declaração de guerra também ao seu país. A versão *positivista-ortodoxa* acredita que Dom Pedro II tinha a real intenção de iniciar um conflito contra o Paraguai, com a finalidade de unir liberais e conservadores brasileiros contra um invasor estrangeiro, fortalecendo a monarquia. Assim, a política externa do Império brasileiro contribuiu para a instabilidade política no Cone Sul e eclosão da guerra. Por sua vez, a versão *neo-revisionista* endossa a memorialístico-militar-patriótica.

Outra causa do conflito, amplamente defendida pela versão *revisionista* e *positivista*, foi o isolamento paraguaio em relação ao conflito do Prata, pois após o ultimato brasileiro a Aguirre (Plano Saraiva), o governo de Assunção ainda se ofereceu para intermediar as desavenças entre Brasil e Uruguai, tendo sido esse apelo ignorado pela diplomacia brasileira. Ainda em 1864, o governo paraguaio emitiu uma nota de protesto contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças de mar e terra do Império como sendo “atentatória ao equilíbrio dos Estados do Prata”, sob pena de o Paraguai não assumir a responsabilidade pelas conseqüências de qualquer ato brasileiro. As versões *memorialística* e *neo-revisionista*

confirmam que o governo paraguaio foi mantido afastado das negociações entre Brasil e Uruguai, mas divergem das demais, pois consideram que Solano López utilizou esses fatos como pretexto para iniciar a guerra com apoio do povo e do Congresso paraguaio, em defesa do seu território.

A Intervenção Militar do Império do Brasil contra os Blancos no Uruguai foi uma das causas mais significativas da Guerra do Paraguai, seja qual for a visão historiográfica. Para os *revisionistas*, a invasão de tropas brasileiras ao Uruguai, em 1864, representou uma ameaça a Solano López que desejava obter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, possivelmente proporcionado por um acordo de livre navegação pelos rios do Prata e por ter se sentido ameaçado por pensar que o Paraguai seria o próximo alvo do Império brasileiro. Reconhecem porém que a personalidade de Solano López e a falta de uma classe dirigente preparada para as disputas diplomáticas, como ocorria no Brasil, precipitou a adoção de medidas ofensivas do Paraguai. Para os *positivistas ortodoxos*, a invasão do Uruguai teria sido precipitada pelo Império, levando o país à guerra contra o Paraguai. Para os *neo-revisionistas*, a invasão ao Uruguai foi apenas um pretexto para o Paraguai atacar o Brasil, pois já havia mobilizado forças na fronteira para uma guerra regional, mesmo antes disso acontecer e sem nenhuma ameaça concreta (DORATIOTO, 2002, p. 79).

O aprisionamento do navio Marquês de Olinda contribuiu para a eclosão da Guerra por ter sido a primeira ação ofensiva de Solano López contra o Império. Tal fato ocorreu no rio Paraguai no dia 12 de novembro de 1864, após o navio ter deixado o porto de Assunção e ter sido perseguido pelo vapor paraguaio Tacuari, fazendo-o retornar àquela cidade, por ordem de Solano López. Além disso, a invasão do Mato Grosso e ao Rio Grande do Sul. Ao dividir seu Exército em um ataque simultâneo à indefesa província de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, Solano López almejava colocar-se em posição de negociar uma paz que lhe fosse favorável. Desse modo, o enfraquecimento do inimigo, por combater em duas frentes, proporcionaria vantagem na anexação de novos territórios, ratificando a visão expansionista de Solano López, embasada na versão historiográfica memorialística-patriótica e neo-revisionista, contribuindo para expansionismo econômico paraguaio na região Platina.

Conclui-se parcialmente que as causas da Guerra da Tríplice foram fatos históricos reconhecidos pela maioria dos historiadores, variando em detalhes e tendo sua interpretação justificada por ideologia ou distorções que visam a criar uma narrativa capaz de influenciar como as pessoas atualmente enxergam aquele

conflito, assim como justificando as causas da guerra meramente por questões econômicas voltadas a impedir a prosperidade paraguaia. A versão memorialística-patriótica enriquece a análise das causas por ser rica em descrições criadas por autores que viveram à época da guerra e a neo-revisionista possui grande credibilidade, devido ser padrão acadêmico das pesquisas, ambas direcionando as causas da guerra para questões tirânicas, territoriais, comerciais e bélicas.

### 3. CONCLUSÃO

As versões predominantes sobre os antecedentes e causas da Guerra da Triplice Aliança vêm sendo publicadas desde a segunda metade do século XIX e caracterizam-se por revisitar o tema sob diversas perspectivas.

Em síntese, entende-se que as versões sobre os antecedentes e causas dessa guerra basearam-se essencialmente nos mesmos fatos, divergindo quanto à interpretação deles conforme a epistemologia em que cada qual se sustentava, resultando da concessão de legitimidade ora aos aliados ora ao Paraguai. Imbuída de metodologia acadêmica e isenta de viés ideológico, a versão *neo-revisionista* apresenta-se como a melhor referência para a compreensão da Guerra da Triplice Aliança, sugerindo o compartilhamento de responsabilidades, mas sinalizando Solano López como fator determinante para a eclosão da guerra.

Para a versão *memorialístico-militar-patriótica*, não fosse pelos devaneios de Solano López, cuja premissa essencial parecia ser a da indelével e inexorável ambição dos vizinhos por anexar o território paraguaio, a guerra não teria eclodido. Essa premissa teria sido gestada na formação dos estados platinos, cultivada nos regimes ditatoriais que antecederam ao seu, e reforçada por uma avaliação equivocada das pretensões brasileiras e argentinas na Guerra Civil uruguaia, bem como das capacidades político-militares do Paraguai de conduzir uma campanha preventiva contra o Brasil, com a adesão dos blancos uruguaios, dos federalistas argentinos e de separatistas gaúchos.

Para a versão *positivista-ortodoxa*, houvesse a ideologia positivista se difundido no Brasil a ponto de converter dom Pedro II e os próceres liberais e conservadores, os “princípios da Humanidade” governariam as políticas do Estado brasileiro, admitindo sua inexorável divisão em pequenas nações e, consequentemente, abster-se-ia dos interesses nacionais “egoístas”, de tal sorte que fatos como a Guerra contra Oribe e Rosas e a intervenção brasileira na Guerra Civil uruguaia jamais teriam ocorrido. Dessa forma, a versão *positivista* apresenta influência de questões políticas, perdendo um pouco de sua credibilidade por ter

sido desenvolvida por interessados em reforçar ideais republicanos contra a monarquia brasileira e no fortalecimento da imagem de Solano López para respaldar novas ditaduras paraguaias.

Na versão *revisionista*, os fatos foram analisados sob epistemologia marxista e americanista, recorrendo-se da abstração em relação aos fatos e suas razões objetivas adjacentes em favor de subjetividades relacionadas à organização social dos povos, de racionalizações dos atos de Solano López e projeções contra um suposto imperialismo inglês. Para essa versão, não fossem manipulações inglesas e tivessem o Império do Brasil e a República Argentina organização social tão avançada quanto a paraguaia, a guerra não ocorreria e o Paraguai teria emergido como uma potência regional, apoiando-se no porto de Montevideu para ampliar seu desenvolvimento econômico, à época prejudicado pelo unitarismo de Buenos Aires e pelo interesse inglês de manter o Paraguai dependente. Assim como a versão *positivista-ortodoxa*, a versão *revisionista* está ligada fortemente a questões ideológicas, em seu caso surgidas durante a polarização da Guerra Fria, muitas resultando em interpretação enviesada dos autores, colocando dúvidas sobre a precisão científica do estudo.

Por sua vez, na versão *neo-revisionista* os fatos foram analisados com rigor acadêmico, desprovido de ideologias revolucionárias e fundamentando-se no levantamento das circunstâncias em que os fatos se desenvolveram. Sobre eles, procurou mostrar as diferentes interpretações, a partir das fontes primárias e secundárias encontradas, notadamente dos arquivos históricos dos contendores e dos principais autores anteriores. Afasta a tese *revisionista*, de que as razões da guerra residiam nas contradições entre a ordem autônoma paraguaia e os interesses imperialistas da Inglaterra, e corrobora o entendimento *memorialístico-militar-patriótico* de que a decisão de Solano López iniciar a ofensiva contra o Brasil e Argentina teria sido determinante para a eclosão da guerra.

Conclui-se ainda que a tendência de interpretação da Guerra da Tríplice Aliança é incerta. Considerando que a emergência de ideologias revolucionárias como o positivismo e o marxismo ensejaram novas epistemologias para interpretá-la, não se pode excluir a possibilidade de que novas ideologias reformistas possam surgir e gerar novas versões para esse fato histórico.

No entanto, como as consequências e reflexos dessa guerra já se tornaram bastante remotos, infere-se que o interesse em revisitar o tema sob novas perspectivas seja menor que a tentativa de consolidar uma ou outra versão como a preva-



lente. Nesse sentido, a versão *neo-revisionista*, cujo expoente é Francisco Doratioto, tende a ocupar tal posição, embora existam defensores da versão revisionista, mesmo que resignados quanto à perda do momentum para promoção da “superação hegeliana” das versões “apologéticas” da legitimidade aliada na guerra, como é o caso do professor doutor Mário Maestri, segundo o qual

A obra exigia superação [*hegeliana*], através de crítica sistemática, a ser realizada em grande parte como simples recuperação de produção existentes, processo que jamais ocorreu, devido sobretudo à dissolução conservadora das condições históricas que geraram o movimento revisionista. (MAESTRI, 2009, p.11)

Por fim, conclui-se que as versões predominantes dos antecedentes e causas da Guerra da Tríplice Aliança não devem ser estudadas sem que se esteja consciente dos contextos político-sociais em que foram produzidas, sob pena de transmitir vieses em detrimento de subsídios para uma análise isenta de paixões ideológicas.

## REFERÊNCIAS

QUEIROZ, S. **Revisando a revisão: Genocídio Americano de J.J. Chiavenato**. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: 2010.

MAESTRI, M. **Os Positivistas Ortodoxos e a Guerra do Paraguai**. In: Revista Digital Estudios Historicos. 6ª ed. Uruguai: CDHRP, 2011.

MAESTRI, M. **A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]**. In: Revista Digital Estudios Historicos. 2ª ed. Uruguai: CDHRP, 2009.

SALLES, A. M. **A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações**. Cadernos de Aplicações. Jan/Dez. v. 27/28. P. 29-41. Porto Alegre, 2014/2015.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.

O'LEARY, Juan E. **Recuerdos de gloria. Artículos históricos sobre La guerra contra la Tríplice Alianza**. Assunção-Paraguai. Servilibro, 2008.

DE LIMA, L. O. **A guerra do Paraguai** – 1. Ed. – São Paulo: Planeta, 2016.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo**. Vol. 2 - Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. 1972.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Questão Christie**. Brasília, 2020. Disponível em: <[http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=](http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=) [maxi-](#)

# OS REFLEXOS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NA GEOPOLÍTICA DO CONE SUL

Grupo de Trabalho Nr 9 do CCEM 1º Ano 2019: TC Inf **HERBERT DE SOUZA LEMOS**, Maj Art **ÉDISON DOS SANTOS PASTORIZA**, Maj Int **WELTON FERREIRA CARDOSO**, Maj Inf **CRISTIANO GARCIA GUEDES**, Maj Eng **MIGUEL ANGELO GUTERRES DALCIN**, Maj Art **ALEXANDRE BORGES VILLA TREINTA**, Maj Inf **RODRIGO ROZAS**, Maj Inf **LUIZ ÂNGELLO PELINSARI CAMILO**, Maj Inf **CLEBER ROBERTO KLEIN**, Maj Cav **JÚLIO CÉSAR MONTEIRO DE VASCONCELOS JÚNIOR**, Maj Inf **DIEGO MAIA MENDONCA**, Maj Com **RÔBER YAMASHITA**, Maj Inf **CARLOS HENRIQUE CANONGIA MARQUES** e Maj Cav **MATEUS FERNANDES BRUM DA SILVA**.<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A Guerra da Tríplice Aliança foi o maior conflito armado ocorrido no subcontinente da América do Sul. Também chamado de Guerra do Paraguai, esse confronto marcou a história da região e gerou reflexos para os países em que nela se encontram, principalmente para os Estados localizados no chamado Cone Sul, a porção mais austral que engloba o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Esse evento bélico tomou palco no século XIX, o qual ficou marcado por profundas mudanças na geopolítica da região. Nesse período, a maioria expressiva dos países alcançou suas respectivas independências perante as nações colonizadoras europeias. Este fenômeno acarretou um reordenamento político das novas nações, ocasionando algumas disputas territoriais, com Estados limítrofes, pelo controle de terras em suas respectivas faixas de fronteira.

É justamente nesse contexto que se destaca a Guerra da Tríplice Aliança, que se estendeu de dezembro de 1864 até março de 1870. Esse embate marcou a união da Argentina, de Bartolomeu Mitre, do Uruguai, de Venâncio Flores e do Império do Brasil, de D. Pedro II. Do outro lado figurou o Paraguai, o qual era governado pelo ditador Francisco Solano Lopez.

As pretensões de Solano Lopez de conquistar terras na região da bacia

<sup>1</sup> Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

do Prata, alcançando assim uma “saída para o oceano Atlântico” para o Paraguai foram umas das principais razões para o surgimento do conflito. Essa aspiração paraguaia foi de encontro aos anseios de Brasil, Argentina e Uruguai, que tinham interesse no local que, até hoje, abarca recursos hídricos e cursos de água importantes, como os rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

Fruto da ambição de Lopez, houve alguns incidentes entre o Paraguai e seus vizinhos do Cone Sul. Após o aprisionamento do navio Marquês de Olinda, da invasão dos estados brasileiros de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, bem como da região de Corrientes, na Argentina, todos por tropas paraguaias, em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai criaram a Tríplice Aliança para juntos lutarem contra a ameaça comum.

Em pronta resposta, já no ano de 1866, ocorreu a invasão do Paraguai pelas tropas dos países que tinham assinado o pacto no ano anterior. Após cerca de seis anos de guerra e de várias batalhas travadas na maioria dos países localizados no Cone Sul, o conflito terminou com a derrota dos paraguaios e a morte de seu líder, Solano Lopez, na batalha de Cerro Corá.

Durante o período do conflito foram convocadas milhares de pessoas para compor as forças militares de todos os países envolvidos. Os vários combates travados ao longo da guerra foram responsáveis por centenas de milhares de mortes, entre civis e militares. Também acarretou grande prejuízo financeiro para todos os países envolvidos, prejudicando o fortalecimento desses Estados que ainda buscavam se firmar no cenário internacional como nações independentes.

O conflito, entretanto, deixou suas marcas mais pesadas no Paraguai. Este país, que buscava o desenvolvimento antes da guerra, perdeu parte considerável de sua população nos embates, em epidemias que se alastraram em seu território e pela fome que assolou seu povo durante e após o fim do conflito, comprometendo dramaticamente a sua força de trabalho.

O Paraguai ficou severamente comprometido na expressão econômica. Durante o conflito, houve grande gasto com a manutenção de suas forças armadas e, após os embates, os paraguaios foram obrigados a pagar pesadas indenizações aos países vencedores, conforme resultado das negociações de paz.

Em que pese a Guerra da Tríplice Aliança ter sido um episódio lastimoso da história do Cone Sul, esse capítulo marcou a união de jovens países regionais, que passaram por processos e países colonizadores distintos. Ainda que existisse

alguma rivalidade entre os membros da Tríplice Aliança, essa foi ultrapassada em prol de objetivos comuns. Essa unidade, mesmo que provisória, foi o primeiro traço de convergência de propósitos, gerando precedentes para novas relações no futuro, inclusive como país perdedor, cujos ressentimentos se dissiparam como sucessivos movimentos de aproximação entre os envolvidos.

Superada a Guerra, além de questões econômicas, os países envolvidos ainda viriam a passar por impasses territoriais, por grandes empreendimentos hidroenergéticos na disputada bacia do Rio Paraná, por parcerias na área nuclear, pela criação de blocos econômicos e por relevantes relações diplomáticas militares.

Diante de tal panorama, na sequência, este trabalho analisará os reflexos da guerra da Tríplice Aliança na geopolítica do Cone Sul.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A DÍVIDA DE GUERRA DO PARAGUAI COM O BRASIL**

Ao findar da guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai deveria pagar todos os gastos que os Aliados tiveram no conflito. Essa situação foi costurada na paz assinada pelo Barão de Cotegipe, na qual o governo paraguaio reconhecia a sua dívida perante o Estado brasileiro, com os gastos de guerra, e aos cidadãos brasileiros, pelos danos causados às suas propriedades, por ocasião da invasão de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Dessa maneira, foi assinado, ao final do conflito, o Tratado da Tríplice Aliança, tratando de questões fronteiriças e outros termos, com consenso entre vencedores e perdedores do conflito. (DORATIOTO, 2002, p.465).

No aspecto financeiro, foram elaboradas duas estimativas diferentes do conflito para o Brasil. A primeira, elaborada pela comissão do Ministério da Fazenda, encarregada de estipular as compensações de guerra a serem pagas pelo Paraguai, indicou a quantia de 460.718 contos de réis. Esse montante foi estabelecido por motivos diplomáticos, para não sobrecarregar as finanças do país vencido, ainda que nominalmente, pois não havia a intenção do governo imperial de cobrar a dívida. A segunda, realizada diretamente pelo Tesouro Real, indicou um gasto de 614 mil contos de réis. O conflito custou ao Brasil quase onze anos do orçamento público anual, em valores de pré-guerra, o que permite compreender melhor o persistente déficit público nas décadas de 1870 e 1880 (DORATIOTO, 2002, p. 465).

Apesar da vitória militar, o Brasil não tirou proveito dessa longa e custosa guerra, tampouco foi recebida a dívida de guerra, que foi perdoada por decreto do governo brasileiro, em 1943, por ocasião da visita do presidente do Paraguai ao Brasil. Essa situação causou a lenta recuperação do Estado Paraguaio no pós-guerra. A guerra teve início em 1864 e durou até 1870, deixando um assombroso saldo de destruição. Para se ter uma ideia da carnificina, o Brasil teve cerca de 100mil combatentes mortos. O Paraguai perdeu, aproximadamente, 600 mil pessoas de uma população de 800 mil. Sendo assim, uma população de cerca de 200 mil pessoas, na maioria mulheres, crianças e idosos, tiveram grande dificuldade de reerguer o país, não apresentando condições, portanto, de saldar sua dívida com nenhum aliado. Tal situação provocou a situação que perdura até hoje, ou seja, o país guarani converteu-se em satélite, ainda hoje, das economias argentinas e brasileiras (MARTINS, 2006, p. 14).

Conclui-se, parcialmente, que a dívida de guerra do Paraguai com o Brasil, decorrente da derrota para os Aliados, contribuiu para que o Paraguai se tornasse uma economia satélite do Brasil e da Argentina, atualmente. A dívida certificada pelo Tratado da Tríplice Aliança, mesmo perdoada em 1943, foi reflexo de um país assombrado por longo saldo de destruição, que, além das perdas em pessoal, teve lento desenvolvimento econômico no período pós-guerra, vindo a sofrer com os efeitos do conflito até hoje.

## 2.2 A QUESTÃO DE GUAÍRA

Com o término da guerra foi assinado o tratado de limites em 1872. Tal acordo jamais foi questionado pelo Paraguai, apesar de definir a região de Guaíra da seguinte forma: a fronteira entre Brasil e Paraguai passa pelo leito do rio Paraná desde a foz do rio Iguazu até o Salto Grande das Sete Quedas, quando passa a vigorar na parte mais alta da Serra de Maracaju. Diante dessa situação, o Paraguai, na época governado pelo General Stressner, defendia que o setor mais alto da serra seria seu limite norte, o qual termina antes de chegar ao rio Paraná, a montante das Sete Quedas. Para o Brasil, o que interessava era a vertente sul, marcada pela posse do Rio Paraná, terminando em frente ao Salto Grande. Diante dessa questão, o Brasil ficou favorecido pela demarcação técnica, a qual não amenizou as discussões sobre a posse e utilização da região (KRUKOSKI, 2013, p.2).

Outro fato marcante na questão fronteira entre Brasil e Paraguai, envolvendo a região de Sete Quedas, foi a ocupação de uma pequena faixa de

fronteira denominada Porto Coronel Renato, em junho de 1965, por um pequeno contingente de soldados pertencentes à 5ª Companhia de Fronteira, sediada na cidade de Guáira. Tal ocupação provavelmente destinava-se a garantir a soberania brasileira naquela região, bem como seu potencial econômico. Enquanto a tropa ocupava o supracitado porto, o governo paraguaio aprofundava seus estudos sobre a demarcação de Sete Quedas (BARROS, 2012, p.66).

Visando solucionar o impasse, Castelo Branco enviou o General Golbery do Couto e Silva ao Paraguai, devido ao seu profundo conhecimento sobre a Geopolítica brasileira e por ter feito parte da missão militar do país no Paraguai na década de 1950. As inúmeras tentativas de Golbery foram fracassadas e, com isso, o Itamaraty informou oficialmente que o Brasil aceitava um tribunal arbitral internacional para decidir a questão da fronteira com o Paraguai (BARROS, 2012, p. 76).

Naquela ocasião, o então chanceler paraguaio insistia em afirmar que, apesar da assinatura dos tratados de 1872 e 1927, existia uma pequena faixa de terra de 20 quilômetros entre o ponto 341/IV e o chamado Salto de Guáira que até aquele momento não havia sido demarcada. A partir de então ocorreu uma série de acusações entre ambos os países, o que dificultou as negociações entre brasileiros e paraguaios (BARROS, 2012, p.79).

As tensões aumentaram, ao ponto de a imprensa paraguaia criticar veementemente a postura brasileira, alegando que: “a atitude do Brasil com respeito ao litígio fronteiro com o Paraguai nos Saltos Del Guairá, sugerindo a retirada da embaixada do Brasil e da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.” (BARROS, 2012, p. 87).

O Itamaraty temia uma derrota em uma arbitragem internacional, pois isso poderia estimular outros países sul-americanos a manifestarem desconfiança com a política de demarcação fronteira brasileira desde o período colonial. Assim, conseqüentemente, desgastaria a política externa do Brasil na América do Sul, sendo uma barreira para seu grande objetivo de consolidar a liderança geopolítica na América do Sul (BARROS,2012).

O prolongamento desse impasse diplomático entre Brasil e Paraguai repercutiu no cenário internacional. Com a referida questão, outras nações globais mostraram-se receosas com as devidas conseqüências, tendo em vista que inúmeros interesses geopolíticos estavam em jogo, como a disputa brasileiro-argentina pela supremacia política do Prata e o surgimento dos rumores de um possível

conflito bélico que necessariamente exigiria um posicionamento de outras nações da região para evitar um aprofundamento na instabilidade política e econômica na América Latina, o que poderia impactar negativamente na consolidação dos blocos econômicos no continente latino-americano (BARROS, 2012).

As diferenças entre as duas partes somente foram superadas com as negociações a respeito do aproveitamento hidrelétrico da região. Nesse momento, Brasil e Paraguai chegaram à conclusão de que a construção de uma usina hidrelétrica na fronteira entre os dois países resolveria a questão ao submergir a zona contestada pelos paraguaios. O resultado foi materializado pela Ata das Cataratas, também conhecida como Ata do Iguaçu, assinada em 22 de junho de 1966, na qual consta que “a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países”, tendo cada país a preferência para adquirir a energia não utilizada pelo outro (KRUKOSKI, 2013). A Ata das Cataratas, apesar de ter sido considerada um êxito, deixou os problemas de limites entre os dois países não resolvidos. Na época, o lago de Itaipu, que deveria solucionar o entrave, inundou apenas 10% da área disputada pelo Paraguai. A solução paliativa foi transformar o local em refúgio biológico, administrado pela empresa Itaipu Binacional desde 1984. O Brasil nega que haja um litígio, mas jamais conseguiu convencer os paraguaios a demarcar a fronteira na região. A partir da Ata das Cataratas foi criada em fevereiro de 1967 a Comissão Brasil-Paraguai para estudar o potencial hidrelétrico do Rio Paraná, desde o Salto de Guaíra até o estuário do Rio Iguaçu (KRUKOSKI, 2013).

Tal assinatura foi exitosa para ambos os lados, pois para o Brasil significou a conquista, de forma legal, do direito de usufruir dos recursos energéticos da referida fronteira. E para o Paraguai, mesmo não tendo condições financeiras para construir a usina binacional que futuramente seria construída, denotou no direito de não apenas usufruir dos benefícios econômicos de Sete Quedas, mas também de vender a parte que não usufruiu para o Brasil (BARROS, 2012).

A Ata das Cataratas foi primordial para a assinatura do Tratado de Itaipu em 1973. O Tratado de Itaipu consiste no instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelo Brasil e pelo Paraguai, no qual o Paraguai se obrigou a vender o excedente energético ali produzido, ao Brasil até 2023.

Conclui-se, parcialmente, que a questão do Guaíra foi caracterizada por inúmeras inquietações nos campos político e militar, as quais repercutiram pela

América Latina e pelo mundo. Essas tensões foram solucionadas por meio do trabalho intenso das diplomacias brasileiras e paraguaias, bem caracterizado pelas assinaturas da Ata das Cataratas e do Tratado de Itaipu.

### 2.3 ITAIPU

Segundo Gomes (2009), Brasil e Paraguai demarcaram suas fronteiras entre os anos de 1972 e 1974, logo após o fim da Guerra da Triplíce Aliança (1865- 1870), conflito que culminou com a derrota do governo de Assunção. Destaca-se que no período da demarcação o governo imperial brasileiro mantinha uma divisão de exército ocupando a capital guarani. Sob a ótica paraguaia, a demarcação feita logo após uma derrota militar e sob ocupação por tropas brasileiras lançam dúvidas sobre a validade do Tratado de Limites de 1872, documento cuja vigência não foi contestada pelo Paraguai por cerca de 92 anos. A condição fragilizada do Paraguai por ocasião da delimitação ensejou, sobretudo a partir da década de 1960, a argumentação guarani acerca de uma eventual posse de parte da Serra de Maracaju, mormente da região de Sete Quedas, acidente natural imprescindível para a consecução da Usina de Itaipu. Essa demanda paraguaia, cuja busca pela solução hodiernamente encontra suspensão com a criação de uma reserva ambiental binacional, serve de arcabouço para pleitos mais específicos relativos a disposições contratuais, alterando os quadros econômico e político surgidos a partir do início da operação condominial da Usina de Itaipu (GOMES, 2009, p.2).

Tal revisionismo tomou forma em 1962, quando o governo brasileiro iniciou prospecções de engenharia no sentido de avaliar a viabilidade do aproveitamento hidrelétrico do Salto das Sete Quedas, o que causou a imediata resposta paraguaia em defesa de sua alegada soberania sobre esse acidente natural. O Paraguai concentrou seu esforço diplomático em rever o Tratado de 1872, buscando assim reposicionar a demarcação dos 20 quilômetros finais da Serra de Maracaju, com vistas a obter a posse em condomínio das Sete Quedas (GOMES, 2009, p.63). O Brasil optou pela ocupação militar da localidade de Porto Coronel Renato, adjacente ao Salto, e ofereceu ao Paraguai a possibilidade de submissão a uma arbitragem internacional. A resposta oficial do governo do Gen Strossner, já ciente da fragilidade técnica de sua tese, apelou à parcial nulidade do Tratado de 1872, em razão de possíveis vícios decorrentes das supostas condições de inferioridade da República Paraguiaia ao tempo de seu fazimento, declinando da arbitragem e dificultando o atingimento de um consenso que criasse condições para a construção da barragem de Itaipu (GOMES, 2009).



Após a assinatura, em 1966, do Ato de Iguazu ou das Cataratas, restaram em aberto, contudo, aspectos fronteiriços, dos quais se destacava a demarcação final da Serra de Maracaju, mantendo o governo de Assunção uma clara posição tendente a reinterpretar o Tratado de 1872. Como visto na seção anterior, a solução encontrada foi a criação do Refúgio Biológico de Maracaju, administrada diretamente pela Diretoria Executiva de Itaipu, ou seja, um trecho de território cuja posse não pertence exclusivamente a nenhum dos contendores, constituindo patrimônio binacional. A situação, entretanto, é agravada pela proximidade do vencimento de contratos relativos ao controle paraguaio sobre sua cota de energia (GOMES, 2009).

Durante a década de 1960, todo o esforço da diplomacia paraguaia, embasada na obra do historiador Efraim Cardozo, concentrou-se em retratar o Brasil como um vizinho gigante e explorador, focado apenas em obter vantagens econômicas do Paraguai. Esse enfoque teve sucesso em seu propósito, unindo a população paraguaia em trono do revisionismo acerca do Tratado de 1872, aproveitando a proximidade de efemérides relativas a eventos da Guerra da Tríplice Aliança. Com o início das negociações atinentes à criação da Usina Hidroelétrica de Itaipu em 1962, ressalta-se a opção do Brasil por um posicionamento conciliatório visando mitigar a condição psicossocial desfavorável junto à população paraguaia, realizando uma manobra geopolítica na qual intentou atrair definitivamente o país vizinho para sua esfera de influência através da aquiescência parcial a parte das demandas territoriais paraguaias referentes às delimitações de 1872-1874, aderindo à tese da administração condominial do território contestado na Serra de Maracaju, questão que permanece em suspensão. Buscou assim fortalecer de forma concreta sua presença geopolítica na região, resultando, porém, no surgimento de um ponto de fragilidade relativa em sua fronteira terrestre (GOMES, 2009, p.79).

Conclui-se, parcialmente, que o Paraguai fomentou, durante a década de 1960, o surgimento de uma discussão referente à revisão do Tratado de 1872, baseando sua argumentação na frágil condição geopolítica na qual se encontrava o país ao fim da Guerra da Tríplice Aliança, com o intuito de criar um quadro psicossocial e político no qual pudesse negociar em melhores condições os termos dos acordos que resultaram na construção do complexo hidrelétrico de Itaipu. Suas demandas territoriais criaram um contexto psicossocial favorável a seu pleito, o que foi parcialmente contornado pela diplomacia brasileira com a sessão à administração condominial binacional de parte do território e com a divisão em partes iguais da produção elétrica, trazendo como reflexos o surgimento de uma descontinuidade relativa da soberania nacional brasileira sobre porção da faixa de fronteira e a necessidade de encontrar soluções políticas para as crescentes demandas paraguaias referentes ao uso da energia gerada.

## 2.4 AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES

As relações entre Brasil e Argentina, principalmente após a independência desses Estados no início do século XIX, foram marcadas pela rivalidade e disputas fronteiriças pelo domínio de territórios, no qual ambos buscavam um maior protagonismo no Cone Sul. Em meados desse mesmo século, com as invasões paraguaias levaram à assinatura, em Buenos Aires, em 1º de maio de 1865, do Tratado da Tríplice Aliança, entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai devido ao agravamento das tensões platinas. Nesse contexto, antes mesmo da assinatura do tratado, José Antônio Saraiva, enviado Extraordinário do Império ao Rio da Prata, estabeleceu uma política de aproximação entre Argentina e Brasil, na qual se projetava o aprofundamento de raízes, de colaboração, para o “bem” mútuo, buscando conectar os interesses laterais por meio de Tratados (DORATIOTO, 2008).

Segundo Doratioto (2002), a Guerra da Tríplice Aliança significou, portanto, a possibilidade de alterar o quadro das relações platinas, pois os liberais ligados a Mitre pensavam que o Tratado da Tríplice Aliança poderia redirecionar as relações argentino-brasileiras, substituindo a disputa, que trazia instabilidade no Prata, pela cooperação, instrumento gerador da estabilidade e garantidor da paz na região. Nesse sentido, um reflexo evidente dessa Guerra foi a tentativa de implementar um projeto de aliança estratégica argentino-brasileira capaz de promover a paz entre essas nações, bem como diminuir desconfianças mútuas que sempreexistiram.

No entanto, no ano de 1868, com a ascensão de partidos conservadores no Brasil e Argentina, velhas desconfianças retornaram, sendo o Tratado da Tríplice Aliança abandonado, abrindo espaço a uma política externa de rivalidade, para impor maior influência na reconstrução institucional e na definição territorial do Paraguai instituída por ambos os países (GARCIA, 2014).

Os períodos de bom relacionamento entre Brasil e Argentina nos anos seguintes foram marcados por outros tratados, como o de Limites (1898), da Declaração de Uruguaiana (1961) e do Acordo Tripartite (1979) diminuindo, assim, oscilações na relação bilateral e evitando bruscas rupturas entre esses Estados. Nesse sentido, na década de 1980, verificaram-se os primeiros acordos entre Brasil e Argentina referentes à utilização da energia nuclear como o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, explorando os bons momentos econômico brasileiro e tecnológico nuclear argentino (CANDEAS, 2010).

A construção da confiança na área nuclear prosseguiu ainda na década de 1980 com as visitas dos Presidentes de Brasil e Argentina aos centros atômicos dos dois países e trocas de conhecimento tecnológico. Nesse contexto, a confiabilidade entre esses países foi ratificada em 1991, com o estabelecimento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) que realiza a verificação da utilização de materiais e instalações nucleares para fins exclusivamente pacíficos, garantindo assim uma política de transparência dos programas nucleares, bem como contribuindo para o incremento da segurança regional.

Conclui-se, parcialmente, que o Tratado da Tríplice Aliança de 1865 foi a primeira tentativa de se obter ou estabelecer uma política de cooperação regional no Cone Sul, no qual Brasil e Argentina, por meio de uma aliança estratégica, buscaram superar rivalidades e diferenças em favor de um objetivo comum no estabelecimento da paz regional. Sendo assim, após esse tratado, apesar dos afastamentos e rupturas, outras tentativas de aproximação bilateral ainda foram implementadas, alcançando um patamar mais estável de cooperação na década de 1980 com os acordos referentes à utilização da energia nuclear e fundação da ABACC que marcam a formação dessa Aliança Estratégica Regional capaz de criar um ambiente de confiança mútua e seguro.

## 2.5 MERCOSUL

Para Pinto (2001), as circunstâncias históricas vividas pelo Brasil, pela Argentina e, em certa medida, pelo Uruguai e pelo Paraguai ao longo dos últimos dois séculos certamente não fariam prever que um bloco econômico estável viesse a se constituir no Cone Sul do continente sul-americano e, muito menos, que os seus principais integrantes pudessem partilhar interesses estratégicos comuns na cena internacional.

De acordo com Gabriel Fernandes Pimenta, em seu artigo “O Cone Sul no sesquicentenário da Guerra do Paraguai: uma conjuntura comparada”, a Guerra do Paraguai é considerada como o ponto fulcral na consolidação dos envolvidos em Estados-nacionais modernos. E a questão geopolítica envolvendo o acesso fluvial à Bacia do Prata era central: para o Brasil, poder navegar livremente pelos rios da região era fundamental para consolidar a soberania na região do Mato Grosso; para o Paraguai, manter os rios abertos para o comércio externo era importante para a sua economia baseada na exportação de mate; a Argentina, por sua vez, buscava consolidar a soberania sobre as províncias nortenas tomadas por

levantes federalistas e resolver problemas fronteiriços com o Paraguai, na região de Misiones e no Chaco; e o Uruguai, enquanto sofria com as disputas políticas internas entre Colorados e Blancos, tentava se resguardar da cobiça paraguaia pelo Porto de Montevideú.

Os desdobramentos pós-guerra, assegura Pimenta (2014), chamam a atenção para “o estabelecimento de instituições e práticas locais que formaram uma estrutura regional cooperativa e interdependente em praticamente todos os campos do poder, traço passível de ser notado no grau de institucionalização do Mercosul”. Para ele, atualmente, o Cone Sul é ponto nevrálgico para as políticas externas dos quatro envolvidos na efeméride, o que colabora para a manutenção de relações resistentes às mudanças políticas internas e os modos de inserção extrarregional.

Ainda conforme Pimenta (2014), verifica-se que tais relações se institucionalizaram apenas na década de 1980, no Brasil e Argentina. Já o historiador Amado Luiz Cervo, em sua obra “Relações Internacionais da América Latina: de 1930 a nossos dias”, esclarece que projetos como o Programa de Interação e Cooperação Econômica (PICE) e a Agência Brasileiro-argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), criados, respectivamente, em 1986 e 1991, serviram de base para o aprofundamento das relações regionais, que contou com a entrada do Paraguai e do Uruguai.

Ainda em seu artigo “O Cone Sul no sesquicentenário da Guerra do Paraguai: uma conjuntura comparada”, Gabriel Pimenta afirma que a criação do Mercosul, em 1991, estabeleceu as bases para a integração econômica do Cone Sul, elevando substancialmente o comércio local e incentivou processos de integração incrementais que duraram até o início da década de 2000, quando Brasil e Argentina passaram por crises econômicas severas. A partir de 2004 houve expansão da integração social, com relativa inércia nas iniciativas econômicas.

O Mercosul, consoante com Marcos Cândido Mendonça em seu artigo “Mercosul – Um Mercado do Sul”, mesmo que ainda passando por problemas de sua “adolescência” conseguiu afastar a velha “síndrome do Cone Sul”, substituindo a rivalidade e desconfiança por confiança, estabilidade política e aproximação sociocultural entre Argentina e Brasil. Com a referida aproximação no campo político, no qual os dois países lutam por objetivos comuns, o bloco construiu-se e aglomerou a política dos outros países, Paraguai e Uruguai, corroborando com a união deles em seus objetivos comuns.

Também para Graf e Azevedo (2013), a situação do Mercosul sinaliza a relevância da estrutura institucional construída com o término da Guerra do Paraguai para as relações da região. O mesmo ocorre no âmbito econômico, com relações regionais sólidas, apesar das disparidades entre seus membros. Segundo esses autores, atualmente o Paraguai apresenta o maior nível de dependência dos intercâmbios regionais do bloco, seguido do Uruguai e da Argentina. O Brasil apresenta o menor nível de dependência.

Conclui-se, parcialmente, que as atuais relações institucionais do Mercosul foram estruturadas há mais de cento e cinquenta e cinco anos com a Guerra do Paraguai. A intensificação da interdependência econômica, aliada à integração política e social das últimas décadas, colocam tais relações entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em um patamar bastante positivo, o que contribui para a consolidação da região do Cone Sul como uma área pacífica.

## 2.6 A DIPLOMACIA MILITAR NO CONE SUL

A Guerra da Tríplice Aliança foi o último grande conflito internacional na região do Prata, envolvendo quatro dos doze países existentes na América do Sul. Após esse evento bélico, a diplomacia imperial brasileira procurou evitar o expansionismo argentino na região e, para tal, reafirmou a existência do Paraguai com o Estado soberano, assinando um Tratado de Paz com este país de forma separada (DORATIOTO, 2002, p. 481).

A Argentina, por sua vez, buscava ampliar seu território em detrimento do Paraguai. O país platino, entretanto, dependia do apoio brasileiro para tal, uma vez que, ao final do conflito, estava desgastada política e militarmente. Desse modo, os argentinos se valeram da diplomacia para alcançar seus objetivos e iniciaram conversações com o Brasil para ratificar suas demandas territoriais. O Brasil, entretanto, não apoiou os argentinos, frustrando suas intenções conforme afirma Doratioto:

Esse foi o sentido da missão de Bartolomeu Mitre, representando o governo Sarmiento, a capital brasileira, em 1872, mas que se revelou infrutífera, pois quando ele se dirigiu a Assunção, no ano seguinte, não recebeu o apoio do negociador imperial, Barão de Araguaia. A diplomacia argentina buscou, então, obter um acordo de paz e limites como Paraguai à revelia do Império, e, em 1875, foi assinado o Tratado Sosa-Tejedor, que, devido a pressão brasileira, não foi ratificado pelo governo paraguaio (DORATIOTO, 2002, p. 482).

Somente em 1876 a diplomacia argentina logra êxito na relação com o Paraguai, estabelecendo um acordo que facultava o estabelecimento das fronteiras entre os dois países a um laudo arbitral dos Estados Unidos da América. Contudo, tal tratado mostrou-se favorável à diplomacia brasileira, uma vez que a decisão norte-americana foi favorável ao Paraguai e, conseqüentemente, de acordo com a intenção do Império do Brasil que era o estabelecimento das fronteiras paraguaias de forma consistente.

No tocante ao Uruguai, os reflexos da Guerra da Tríplice Aliança não foram substanciais, apesar desse país ter sido um dos iniciadores do conflito, limitando-se a consolidar seu território e sua independência no âmbito regional.

É importante destacar que a Guerra da Tríplice Aliança foi marcante para as relações no Cone Sul, pois durante sua condução, tanto Brasil como a Argentina, deixaram de lado uma rivalidade histórica em prol da cooperação regional, aliando-se ao Uruguai contra o Paraguai, na busca da estabilidade na região do Prata. Essa aliança estratégica mostrava-se promissora, porém, foi encerrada com o desaparecimento de uma ameaça julgada comum aos países.

Contudo, este embrião de parceria em vários campos do poder, inclusive o militar, foi implantado, favorecendo uma aproximação entre os países do Cone Sul que, posteriormente, culminaria com o estabelecimento do Mercosul.

Com relação à geopolítica do Cone Sul após a Guerra do Paraguai, observou-se a consolidação dos Estados Nacionais sul-americanos, bem como, certa estabilidade nas relações políticas e militares na região, fruto dos laços formados na Tríplice Aliança, caracterizada como uma organização militar que representava os interesses dominantes da classe econômica da época (BOURSCHEID, 2010).

Atualmente, a diplomacia militar no Cone Sul tem sido caracterizada pela transparência e pela confiança mútua entre os países, tendo como base uma identidade militar própria da região que mais aproxima do que afasta os vizinhos. Desse modo, algumas atividades internacionais tem sido conduzidas pelos países, tais como: Conferências Bilaterais de Estados-Maiores, Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar, Reuniões de Coordenação Militar e Exercícios Militares Combinados.

Pode-se afirmar que a participação do Exército Brasileiro na diplomacia militar é relevante, atuando como integrador da defesa e segurança do Cone Sul (Landim, 2014). As iniciativas de diplomacia militar desenvolvidas pelo Exército

Brasileiro têm corroborado para a manutenção da cooperação entre os exércitos da América do Sul, contribuindo para a política da boa vizinhança (Landim, 2014, p.8).

Cabe ressaltar que o Brasil tem se posicionado como líder regional sul-americano, conduzindo ações diplomáticas pragmáticas, no intuito de manter a paz e consolidar a cooperação entre os países da América do Sul. Por fim, observa-se que as disputas diplomáticas no pós-guerra foram favoráveis ao Brasil, uma vez que sua imagem saiu fortalecida como o principal vencedor do conflito, bem como as intenções argentinas de expansão territorial foram anuladas, consolidando-se o Paraguai como país independente e o Uruguai como nação soberana.

### 3. CONCLUSÃO

Como pôde ser constatado durante o decorrer do presente trabalho, a Guerra da Tríplex Aliança usou reflexos significativos na geopolítica do Cone Sul. Esse evento bélico, apesar de sangrento e destruidor, pavimentou estradas que conduziram ao equilíbrio nas relações entre os países, reduzindo quase a zero os antigos litígios entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Na expressão econômica, pôde-se verificar que os impactos do conflito foram mais pesados para o Paraguai, nação superada pela tríplex aliança, que ainda sente os impactos da perda de mais da metade de sua população e das devastações inerentes a um conflito armado de envergadura colossal. Tais impactos estão sendo diluídos, década após década, com a parceria entre nações vizinhas e como se feitos econômicos do MERCOSUL, que permitiram uma integração política e social bastante positiva entre seus membros, com inegável protagonismo brasileiro. É justo afirmar que esse bloco regional colocou as relações entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em um patamar bastante positivo, o que contribuiu para a consolidação da região do Cone Sul como uma área pacífica.

Acerca das questões territoriais, observou-se que o Brasil pacificou as remotas divergências sobre a região do Guaíra, mantendo-se protagonista geopolítico regional, em detrimento de uma eminente ascensão argentina. Com o inteligente compartilhamento do potencial hidroenergético, a usina hidrelétrica Itaipu Binacional contribuiu para a solução definitiva das questões de fronteira, apesar de ter deixado brechas para demandas paraguaias sobre o uso brasileiro da energia produzida, especialmente na sua exploração econômica.

Junto à Argentina, o aspecto que se sobressaiu foi a criação da Agência

Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares. Apesar de afastamentos e rupturas, outras tentativas de aproximação bilateral foram implementadas, alcançando um patamar mais estável de cooperação na década de 1980 com os acordos referentes à utilização da energia nuclear, marcando a formação de uma Aliança Estratégica Regional capaz de criar um ambiente de confiança mútua e seguro.

Por fim, a Guerra da Tríplice Aliança deixou reflexos importantes na Diplomacia Militar, das quais destaca-se o fortalecimento das relações entre os países em decorrência da neutralização de divergências do passado. Isso ocorreu graças à consolidação dos Estados-Nação e à postura de eulder regional, o Brasil (o grande vencedor da Guerra da Tríplice Aliança). Pautado pelos princípios de respeito às soberanias, de não intervenção e de solução pacífica de conflitos, o Brasil, com suas ações pragmáticas, anulou candidatos à liderança regional e se afirmou como o principal integrador de defesa e segurança do Cone Sul.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **OS SALTOS DA DISCORDIA: O IMPASSE ENTRE BRASIL E PARAGUAI EM TORNO DAS SETE QUEDAS (1962-1966)**. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2012. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/LUIZ-EDUARDO-PINTO-BARROS.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BOURSCHEID Junior Ivan. **A influência da diplomacia mitrista para a conformação da Tríplice Aliança contra o governo do marechal Solano López**. *Fronteira*. Belo Horizonte. V.9, n.17, p. 47-65. 1 sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/5243/5211>>. Acesso em: 1 Dez 2019.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: de 1930 a nossos dias**.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Enrico Diogo Moro. **Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju**. 2009. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Diplomacia, Instituto Rio Branco, Brasília, 2009.

GRAF, Claudir Olípio; AZEVEDO, André Filipe Zagode. **Comércio bilateral entre os países membros do Mercosul: uma visão do bloco**. *Economia Aplicada*. V. 17, n. 1, 2013.



KRUKOSKI, Wilson R. M. **Fronteira Brasil-Paraguai: REGIÃO DE ITAIPU/GUAIRÁ**. 2013. Disponível em: <<http://info.lncc.br/pitaipu.html>>. Acesso em: 26 dez.2019.

LAFER, Celso. **Relações Internacionais, Política Externa e Diplomacia Brasileira**: Pensamento e Ação. Brasília: FUNAG, 2018. 767 p. v. 1. ISBN978-85-7631-787-6.

LANDIM, Hiarley Gonçalves Cruz. **A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro e o ambiente de Segurança e Defesa na América do Sul**. / Hiarley Gonçalves Cruz Landim. Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

MENDONÇA, Marcos Cândido. Mercosul – Um Mercado do Sul. In: **Revista de História Contemporânea**, 2008.

PIMENTA, Gabriel Fernandes. O Cone Sul no sesquicentenário da Guerra do Paraguai: uma conjuntura comparada. In: **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 91 - 98, 2 sem. 2014. São Paulo, Editora Saraiva, 2013

PINTO, Nuno de Figueiredo. O Mercosul e suas consequências: um guia elementar sobre a integração no Cone Sul. In: **Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística**. v. 29, n. 1, 2001.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013. 188 p.

# O IMPÉRIO DO BRASIL E O EXÉRCITO BRASILEIRO ANTES DA GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA

Grupo de Trabalho Nr 4 do CCEM 1º Ano 2019: TC Cav **SERGIO WILSON DOS SANTOS**, Maj Inf **ROGÉRIO PREVATO MOREIRA ORBE**, Maj Inf **RONALDO BAETA NOGUEIRA**, Maj Inf **LEANDRO CASTRO DE GOES MARTINS**, Maj Cav **ANDERSON ESCOBAR VARGAS**, Maj Cav **DIEGO PEREIRA PEDRA**, Maj Art **DANIEL RODRIGUES LOBO VIANNA**, Maj Inf **ANDRÉ LUÍS MIRANDA PEIXOTO**, Maj Inf **EKTOR SIMON MONTEIRO INDÁ**, Maj Eng **JOÃO PAULO CARVALHO DE ALENCAR**, Maj Inf **ANDRE CESAR GUTTOSKI LEMOS**, Maj Inf **ROBERTO CARLOS NATTRODT BARROS JUNIOR**, Maj Art **FELIPE GALVÃO FRANCO HONORATO** e Maj Art **RODRIGO DA SILVA TERRA**.<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil Império foi um período da história marcante para a consolidação da Unidade Política Brasileira. A conjuntura do recém-criado Império do Brasil era complexa no que diz respeito à separação da monarquia portuguesa e à aclamação de D. Pedro I como imperador da antiga e principal colônia de Portugal. Esse fato provocou uma série de crises nesse período, compelindo, dessa maneira, a formação de forças armadas capazes de garantir a independência brasileira, de combater unidades militares leais à Coroa Portuguesa e de proteger o território nacional. Conforme assevera COSTA (1996), a formação de forças armadas profissionais caminhou lado a lado com o processo de constituição do Estado moderno.

O Brasil independente, com proporções continentais e possuindo largo território na América e uma costa marítima bastante extensa face ao Oceano Atlântico facilitava a aproximação de invasores, tornando-se, desta forma, terra cobiçada por parte de alguns países. Para outros estados, o país apresentava potencial de investimento, sendo visto como forte atrativo econômico. O período imperial foi uma fase da história brasileira iniciada em 1822, quando o Brasil se tornou independente, e finalizada em 1889, quando houve a Proclamação da República. Nesse período, o Brasil organizou-se politicamente como

---

1. Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

uma monarquia, sendo governado por um imperador, cujo poder era transmitido de maneira hereditária. O período imperial do Brasil é dividido em três fases: Primeiro Reinado (1822-1831), governado por D. Pedro I; Período Regencial (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889), sendo o país comandado por D. Pedro II. O presente trabalho compreenderá o espaço temporal do início do período histórico citado até 1864, ano de início da Guerra da Tríplice Aliança.

Houve entre os dois reinados o período Regencial, em razão de D. Pedro II ser ainda uma criança quando seu pai voltou a Portugal. Esse momento do Brasil Império foi um dos mais tensos politicamente graças às diversas guerras que ocorreram no país, sobretudo com viés separatista. Destacam-se as seguintes revoltas: Cabanagem (1835-1840), no Pará; Sabinada (1837-1838), na Bahia; Balaiada (1838-1840), no Maranhão; Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul, dentre outras.

Outro ponto característico do império foi a manutenção da escravidão, mesmo com diversas pressões internas e externas para que fosse abolida. Apenas em 1888 houve a abolição. No aspecto econômico, o café despontou como a principal fonte de renda para o Brasil, fazendo ainda com que o país se tornasse o principal fornecedor desse produto no mercado mundial.

Segundo FERRER (2005), após a Independência do Brasil, a Guarda Nacional passou a ser empregada na defesa do território brasileiro com o maior número de efetivo e incentivo econômico, em detrimento do Exército profissional. Esse “descaso” do Império para com o Exército teve início após a Independência do Brasil, em 1822, quando essa força terrestre passou a ser considerada pelas autoridades imperiais como uma ameaça à estabilidade política do novo sistema de governo, devido à presença de portugueses junto ao oficialato e à indisciplina dos soldados, que participavam de motins, arruças e tumultos no período regencial.

O recrutamento militar no Brasil imperial, também conhecido à época como “tributo de sangue”, era extremamente odiado pela população masculina, especialmente a adulta, livre e em idade produtiva. Isto porque “os soldos eram ínfimos e os castigos corporais bárbaros e frequentes, o que tem servido para a maior parte dos estudiosos como explicação para a fuga generalizada da população e o fato de que o exército era sistematicamente recrutado nas camadas mais baixas da população” (COSTA, 1996, p. 58). Até o conflito platino, a formação do exército foi negligenciada, pois era vista pela população como destinação penal, sendo a conscrição baseada na reforma social de indivíduos refratários (BEATTIE, 2009, p. 39).

A seguir, analisaremos a conjuntura político-econômico-psicossocial do Império do Brasil e o Exército Brasileiro à época sob a ótica DOAMEPI (doutrina, organização, adestramento, ma-

terial, educação, pessoal e infraestrutura), ambos antes da Guerra da Tríplice Aliança, concluindo sobre os efeitos para o desenvolvimento nacional.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICO-PSICOSSOCIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL

A proclamação da independência brasileira não significou ruptura, mas sim, certa continuidade, pois foi proclamada, em 7 de setembro de 1822, pelo Príncipe Herdeiro do Trono português, Pedro de Alcântara, com o respaldo da burocracia e do corpo militar existente no Rio de Janeiro. A consequência foi que no Brasil pouco se questionou a legitimidade do poder de Pedro I e, ademais, este tinha instrumentos para impor sua autoridade, por dispor de um Estado minimamente operacional, que contava com estrutura administrativa e com Exército e Marinha nacionais (em ambos havia forte presença de mercenários). Graças a isso, Pedro I sufocou militarmente a tentativa de secessão republicana da Confederação do Equador (1824), no nordeste brasileiro, e sustentou a Monarquia como forma de governo do novo país (DORATIOTO, 2002, p.220).

As Campanhas platinas foram a participação brasileira em conflitos na região do Prata. Ao Brasil interessava garantir o seu comércio na área, principalmente, depois da perda da Cisplatina em 1828. Dessa forma, o Brasil se envolveu nessas questões, contribuindo para a consolidação de seus interesses na região e na manutenção do território nacional. Segundo DORATIOTO, ao contrário das Províncias Unidas, no Brasil não havia entusiasmo com a guerra desde seu início, pois esta não era defensiva, mas sim, de conquista. A falta de convicção na legitimidade da luta levou a protestos crescentes contra sua continuidade, incrementados pela incompetência dos comandantes brasileiros, por cujo desempenho era responsabilizado Pedro I, que os nomeara (DORATIOTO, 2002, p.223).

No que diz respeito à Política externa, o Brasil, sendo uma monarquia, era visto como uma ameaça pelos seus vizinhos e a Inglaterra o usava como base para a sua política comercial na América. Durante o 1º Reinado, a política era intervencionista como na questão da Cisplatina. Na Regência, procurou voltar-se para si, dando importância para política interna. Já no 2º Reinado, procurou o equilíbrio sul-americano. Dessa forma, procurou amadurecer em sua política externa, levando a se tornar o protagonista na região nas questões futuras. Segundo DORATIOTO, o desgaste das duas partes em conflito

viabilizou a ação da Grã-Bretanha, interessada em pôr fim à guerra que prejudicava seu comércio. A diplomacia britânica não somente impôs a paz como também conseguiu obter a concordância do Império e das Províncias Unidas para a independência do território em litígio (DORATIOTO, 2002, p.224).

Internamente, os Movimentos Populares marcaram o período regencial com intensa agitação social e revoltas provinciais. Eram movimentos de luta pelo poder de classes dominantes e de rebeliões populares contra a fome e a miséria de negros, índios, mestiços e brancos pobres. Destacaram a Cabanagem no Pará, Sabinada na Bahia, Balaiada no Maranhão e os Farrapos no Rio Grande do Sul. Esses movimentos marcaram a participação de Caxias como um Pacificador. Dessa forma, com as revoltas debeladas, foi possível a manutenção da unidade nacional. A primeira medida do governo imperial foi obter unidade interna e, em 1844, após fazer concessões aos farroupilhas, pacificou o Rio Grande do Sul (DORATIOTO, 2002, p.227).

Ainda, Francisco Doratioto traz o ano de 1840 como um momento de grande relevância para o Brasil e para o Paraguai. Observou-se a morte de José Gaspar de Francia, ditador do Paraguai e a maioria antecipada de Pedro II, com a manutenção do Estado monárquico centralizado e escravocrata, pondo o fim ao período regencial do Império. Tem-se assim, uma maior estabilização interna nos dois países, permitindo ambos voltarem seus interesses para a região do Prata (DORATIOTO, 2002, p.25).

Segundo DORATIOTO, o Império do Brasil foi a primeira nação a reconhecer a independência paraguaia em 1844, mesmo assim, isso não impediu que as relações entre esses dois países se desgastassem. O Paraguai desejava um tratado definidor de limites baseado no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, enquanto que o Império brasileiro almejava a aplicação do princípio do “uti possidetis”. “Por este, seriam brasileiras as terras decorrentes do expansionismo colonial português. As relações brasileiro-paraguaias deterioraram-se rapidamente” (DORATIOTO, 2002, p.24).

Ademais, a disputa de território entre o Brasil e o Paraguai, na região de Mato Grosso, envolvia a área de produção de erva-mate. A partir de 1860, o mercado internacional apresentava-se com grande oferta deste produto, levando as quedas do seu valor, prejudicando a economia do Paraguai por depender da exportação de erva-mate. Portanto, o aumento da produção e exportação do mate estava relacionado à disputa litigiosa da área, contribuindo para o agravamento diplomático entre os dois países (DORATIOTO, 2002, p.39).

Em 1847, foi criada a Presidência do Conselho, visando proteger os

atos do Imperador de falsa interpretação e uniformizar o pensamento dos ministros. Com essa prática, iniciou-se no Brasil um rígido sistema parlamentarista à moda inglesa com o apoio e o prestígio dos Partidos e do Imperador. Foi sobretudo uma escola, onde as elites do país aprenderam o ofício do auto-governo auferido ao mecanismo da Monarquia Representativa. Respeitou a liberdade de opinião e de imprensa, até mesmo quando visava a sua derrubada. O Imperador trouxe ao poder, sucessiva e frequentemente, conservadores e liberais, criando e multiplicando as oportunidades para o aprendizado da gestão da coisa pública. Dessa forma, a longa experiência criou, nas elites dirigentes, o respeito à legalidade, à prudência, à moderação e à compreensão, indispensáveis à “arte de conciliar” que é a própria essência da ação política e do governo.

Em 1862, observa-se a ascensão de um gabinete liberal no Império do Brasil, o primeiro desde 1848 (DORATIOTO, 2002, p.44). Tal fato coincidiu com o ambiente político argentino, “enquanto os governos de Assunção e Montevideú tinham orientação política oposta, facilitou, por certo, a aproximação, e depois a aliança, entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro” (DORATIOTO, 2002, p.72).

Com relação à estrutura econômica do Brasil em nada havia sido alterada com a emancipação política ocorrida na primeira metade do século XIX. Continuava, em essência, colonial e escravista. Além do café, diversos produtos tiveram participação decisiva na economia brasileira. Nesse contexto, destacam-se o algodão, o tabaco, o cacau, a agricultura do mate, a criação extensiva de gado, e a extração de ouro em Minas Gerais e de diamantes na Bahia. Tal quadro consolidou a condição agroexportadora do Império Brasileiro (FROTA, 2000, p. 401).

Nas primeiras décadas do século XIX, a cultura cafeeira ocupou regiões vizinhas do Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba, aproveitando-se de infraestrutura já montada com mão de obra escrava, da abundância de animais de transporte e da relativa proximidade do porto. Com isso, toda a energia econômica do lugar voltou-se para o cultivo do café, contribuindo para que esse produto se tornasse o grande estabilizador da economia do Império.

Entretanto, a economia cafeeira, nessa fase, ainda não alterou os quadros sociais herdados do passado colonial. Ao contrário, reforçou a escravidão, a grande propriedade, a monocultura e a produção voltada para o mercado externo. Como ocorrera no passado, a nova cultura era extensiva e predatória.

A estagnação e decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba provocaram sua expansão para o Oeste Paulista. Destacaram-se inicialmente as re-

giões de Campinas, Mogi-Guaçu e Ribeirão Preto. Em seguida, a cultura se expandiu para o extremo-oeste paulista e atingiu o Paraná já no início do século XX. Esse deslocamento do café valorizou o porto de Santos, que se tornou o maior centro exportador do país, bem como impulsionou o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do país (KOSHIBA, 2003, p. 299).

Desde 1860, os superavits tornaram-se constantes nas relações comerciais com o exterior. Nesse contexto, a Tarifa Alves Branco (1844) representou uma mudança significativa ao elevar os direitos alfandegários de 15% para 30%, proporcionando para o Estado uma melhoria na arrecadação, criando condições de novos investimentos públicos. Além disso, a abolição do tráfico de escravos (1850) liberou capitais que foram redirecionados para a aplicação no mercado interno. Esse aporte de capitais contribuiu para a modernização da infraestrutura brasileira (KOSHIBA, 2003, p. 301).

A reunião de fatores favoráveis - Tarifa Alves Branco e ascensão do café - estimulou uma onda de empreendimentos urbanos conhecida como a Era Mauá. Figura destacada no mundo dos negócios, Irineu Evangelista de Sousa, Barão e depois Visconde de Mauá, projetou a Revolução Industrial no Brasil. Tratou-se de um período de significativos avanços industriais no país. Foi enorme a quantidade de empresas não agrícolas surgidas no Brasil em meados do século XIX, com empreendimentos que se tornaram símbolos do capitalismo brasileiro, destacando o estabelecimento da Fundição e Cia Estaleiro da Ponta da Areia, no Rio de Janeiro (1847), a Cia Fluminense de Transporte (1852), a Cia de Navegação a Vapor do Amazonas (1853), a Cia de Iluminação a gás do Rio de Janeiro (1854), estradas de ferro, a primeira linha de bondes do Rio de Janeiro e o Banco privado com filiais na Inglaterra, EUA, França, Argentina e Uruguai. Esses empreendimentos contribuíram para o enriquecimento do Império (FROTA, 2000, p. 405).

Em relação às primeiras imigrações, a vinda de estrangeiros para o Brasil esbarrou na presença de escravos: não havia interesse dos fazendeiros por trabalhadores livres. A afluência principiou depois de 1840, pois o período da regência, por demais agitado, não se mostrou propício à imigração, mesmo com a criação de uma Sociedade Colonizadora, em 1835, com o fim de proteger imigrantes (FROTA, 2000, p. 415).

Entretanto, o desenvolvimento da economia cafeeira ocorreu em um clima internacional desfavorável à escravidão: o desenvolvimento do capitalismo industrial e a conseqüente generalização do trabalho assalariado tornou a escravidão

repulsiva à nova consciência. Ocorre que a cafeicultura estava, naquele momento, expandindo-se no Oeste Paulista. E foi nestas circunstâncias de pressão abolicionista e de ameaça de desorganização de suas fazendas, motivada pela fuga de escravos, que esses cafeicultores se viram obrigados a lançar mão da imigração, sendo assim os imigrantes pobres foram trabalhar nos cafezais sob o regime de trabalho de colonato.

Nesse período, fundaram-se vários núcleos coloniais: em 1846, nasceu Petrópolis, com os alemães da Renânia; em 1850, fundou-se a colônia alemã em Blumenau, no vale do Itajaí; na província do Paraná estabeleceram-se as colônias de Teresa, em 1847, com franceses, e em 1852, Superaguí, com suíços, alemães e franceses; em torno de Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria conseguiu instalar entre 1852 e 1858, algumas famílias de alemães e austríacos; envolvendo São Leopoldo (Rio Grande do Sul), com origem no Primeiro Reinado, surgia Novo Hamburgo, na baixada, entre os rios Guaíba, Jacuí e a Serra.

As poucas mudanças no regime econômico agrário nas tradicionais áreas de cultivo conservaram, igualmente, as mesmas disposições sociais que encontramos na vida colonial; uma decadência orgulhosa atingiu os fazendeiros de açúcar e senhores de engenho. Já nas fazendas de café, mais próximas da Corte, brotaram nítidos os modernismos, formando uma aristocracia diversa da do açúcar. O patriarcalismo, ligado às antigas tradições e hábitos introduzidos pelos portugueses, conservava-se presente, mais refinado, mas não alterado em seus princípios (FROTA, 2000, p. 411).

Como religião oficial, e praticamente única, figurava a Católica Romana, existindo com menos fulgor do que nos séculos anteriores. Confinava-se no âmbito das famílias e em algumas procissões; diminuiu a presença de oratórios públicos. Considerava-se a fé católica ultrapassada: o progresso científico e industrial provocava o materialismo. Desenvolveu-se, assim, o anticlericalismo. Além disso, existiam outras religiões desde que os cultos se praticassem em recintos fechados, segundo garantia a Constituição Imperial. Conservaram, por isso, os imigrantes teutos suas igrejas reformadas, não impondo condições o império que os acolhia. Tal quadro contribuiu para a perda gradual de importância do clero em todos os setores da vida nacional (FROTA, 2000, p. 429).



Conclui-se, parcialmente, que a conjuntura político-econômico-psicosocial do império do Brasil estabeleceu uma dinâmica de amadurecimento com novas estruturas e uma perspectiva de crescimento, contribuindo para o desenvolvimento nacional e para a consolidação de um protagonismo no subcontinente sul-americano.

## 2.2 O EXÉRCITO BRASILEIRO À ÉPOCA DESCRITO SOB A ÓTICA DO DOAMEPI

Doutrinariamente, as tropas do Exército que permaneciam nas províncias “ficavam subordinadas aos seus presidentes (efeitos administrativos) e aos comandantes de armas (assuntos militares)” (FROTA, 2000, p. 444). Tal aspecto suscitava uma rivalidade entre essas duas autoridades, gerando atritos entre eles quanto ao controle do braço armado do Império.

Um importante princípio de guerra fora respeitado pelo Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio de 1865. Estabeleceram os signatários (Brasil, Argentina e Uruguai) “a existência de um comando único, de acordo com a área onde se desenvolvessem as operações militares (art. 6º)” (FROTA, 2000, p. 370).

Fez-se, em 1842, uma reforma na estrutura do Exército, sendo este organizado com Estado-Maior-Geral, Estado-Maior de 1ª e 2ª classe, oito batalhões de fuzileiros (cada um com 882 homens) oito batalhões de caçadores (cada um com 557 homens), quatro batalhões de artilharia a pé (cada um com 690 homens) e três regimentos de cavalaria (com 618 homens cada) (FROTA, 2000, p. 443).

Em 1851, o então Conde de Caxias apresentou um sistema que serviu de base para a nova reforma da Secretaria da Guerra. Criou-se assim, em 1853, a Repartição do Quartel-Mestre-General e, em 1858, a do ajudante-general. O Império foi dividido em seis distritos militares para efeito de inspeção. A Infantaria passou a ter 15 batalhões, com o 15º batalhão constituído de alemães. A Cavalaria passou a contar com quatro regimentos. Com alemães, formou-se o 2º Regimento de Artilharia a cavalo, desmobilizado pouco depois. A 1º de abril de 1855, criou-se a primeira unidade de Engenharia (FROTA, 2000, p.444).

Ademais, o Decreto nº 1.900, de 07 de março de 1857, permitiu a organização do Serviço de Saúde do Exército, merecendo destaque o Brigadeiro Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, que foi chefe desse Corpo de Saúde. (FROTA, 2000, p.444). Tal fato contribuiu para o desenvolvimento de um exemplar serviço médico hospitalar durante a Guerra da Tríplice Aliança, com a instalação

de hospitais figurando-se entre os melhores do mundo (FROTA, 2000, p.446).

Entretanto, o Império percebeu a necessidade de implementar uma nova organização, a fim de preparar-se para a vindoura luta. Segundo Guilherme Frota, o Decreto nº 3.371, datado de 07 de janeiro de 1865, criou 57 batalhões chamados Voluntários da Pátria. “Assim, sessenta mil homens arregimentaram-se, como nos velhos exércitos, ao som das marchas militares e embarcaram para o Sul” (FROTA, 2000, p. 369).

Guilherme Frota apresentou o quadro de armamento do Império do Brasil no momento anterior à guerra. “Integravam o armamento as primeiras armas Minié, 1.200 espingardas e mil clavinas, com baionetas e sabre, compradas na Bélgica”. Tais armamentos destinavam-se à Infantaria e à Cavalaria. Para a Artilharia, o Brasil contava com os canhões La Hitte (calibres 4,6 e 12mm), Paixbans ou Whitworth (32mm), todos os canhões de alma lisa, com balas esféricas e carga de pólvora negra (FROTA, 2000, p.444).

Com relação aos uniformes, o decreto de agosto de 1852 corrigiu as distorções anteriores. Ressalta-se, também, a contribuição francesa nas tradições portuguesas. Ainda, “os cadetes da Escola Militar só receberam fardamento oficial em 1856, ano da adoção do quepe, de tipo francês” (FROTA, 2000, p. 444).

Entretanto, o Exército do Império contava com diversas deficiências de ordem material. “Havia diversas deficiências, como falta de sapatos e outras peças de fardamento... pouco número de cavalos e a presença de muitos recrutas inexperientes” (FROTA, 2000, p. 369).

Quanto ao aspecto de educação e ensino, percebeu-se por parte do Império a atenção para com o aperfeiçoamento da instrução ao criar “a Comissão de Prática de Artilharia (1844), transformada, em 1849, em Comissão de Melhoramentos do Material do Exército” (FROTA, 2000, p. 443). Este aspecto possibilitou a organização das instruções, usadas também para os exercícios de artilharia. (FROTA, 2000, p. 443).

Além disso, o governo instituiu a adoção de regulamentos, a partir de outubro de 1850. Para a Cavalaria, adotaram-se os regulamentos do Marechal Beresford (do Exército inglês); Para a Infantaria, os do Coronel Bernardo Antônio Zagalo; Para a Artilharia de campanha, adotou-se o modelo da guarda real francesa. Essa implementação na área de ensino e instrução permitiu melhorias da educação e adestramento militar do Exército brasileiro (FROTA, 2000, p. 443).

A formação dos oficiais do Exército esteve, inicialmente, com cinco anos letivos na Escola Militar, que, em 1845, foi aumentada para sete. Segundo Frota, nos primeiros quatro anos, o foco do ensino eram as ciências matemáticas; quinto e sexto, os assuntos militares, e, no último, arquitetura, hidráulica e máquinas. Em 20 de setembro de 1851, criou-se no Rio Grande do Sul o curso de Cavalaria e Infantaria. Em 1855 nasceu a Escola de Aplicação. Em 1858, a Escola Militar torna-se a Escola Central e passou a formar oficiais técnicos e engenheiros civis, e a Escola de Aplicação recebeu o nome de Escola Militar de Aplicação, instalada na Praia Vermelha, permanecendo até 1904. A reforma do ensino também permitiu criar as escolas regimentais, em 1854, que possibilitaram a alfabetização de soldados. Em 1859, surgiu a Escola de Tiro de Campo Grande. Escola Militar Preparatória do Rio Grande do Sul teve o seu curso aumentado para dois anos (1863). Todo esse movimento, também denominado de bacharelismo, criou ruzgas entre os oficiais do Exército, que em certa parte, prejudicou o desenvolvimento da instituição (FROTA, 2000, p.449).

No estudo de Myrian Ellis et al., considera-se a Academia Militar a única Escola de Engenharia do Brasil até 1874. Ressalta ainda que até antes de 1832, a instrução para formação de oficiais de Infantaria e Cavalaria fora negligenciada até depois da Guerra da Tríplice Aliança. “Segundo o Almanaque militar de 1857, todos os oficiais de Engenharia, Estado-Maior e Artilharia passaram por um curso de nível universitário, o que acontecera apenas a 31 dentre os 354 de Infantaria e a 20 dos 119 de Cavalaria” (ELLIS et al. 2004, p.279).

Quanto ao aspecto pessoal, as mudanças sociais do Exército Brasileiro, durante o Império tiveram como principais aspectos a eliminação dos elementos portugueses do Exército e a expansão de um sistema de educação militar para os oficiais de Engenharia, Estado-Maior e Artilharia, as maiores possibilidades de educação estenderam-se aos oficiais das armas combatentes, além da profissionalização da carreira militar (ELLIS et al., 2004, p.278).

Segundo Frota, classificavam-se os oficiais em: efetivos, agregados, avulsos e reformados. E sua promoção era por demais atrasada, configurando “demasiado tempo de interstício entre os postos, sendo o de capitão o que maior demora ocorria” (FROTA, 2000, p. 443).

Ademais, o sistema de recrutamento configurava-se como um problema para o Exército. Fazendo o uso do voluntariado ou do recrutamento forçado, a baixa remuneração dos soldados não atraía os melhores jovens para a instituição (FROTA, 2000, p.443).

Comparativamente, o Brasil apresentava-se em número inferior de militares ao efetivo paraguaio. Em sua obra, o historiador Guilherme Frota descreve que o Império, no ano de 1864, dispunha de 18.320 homens, sendo 1.957 oficiais. Nas duas províncias invadidas contava com seis mil homens: no Rio Grande do Sul, o chamado “Exército do Sul”, e, em Mato Grosso, com 875 homens e 231 guardas-nacionais convocados. Por causa da guerra contra o governo de Aguirre, encontravam-se nas vizinhanças de Montevideu 9.466 homens, estando no comando dessa força o Brigadeiro Manuel Luiz Osório (FROTA, 2000, p. 369).

A 10 de outubro de 1967, o Marquês de Caxias recebia a nomeação para o comando-em-chefe das forças brasileiras e a promoção ao posto de Marechal-de-Exército. Caxias encontrou os dois acampamentos, Tuiuti e Curuzu, em deplorável estado; a tropa mal nutrida, sem uniformes, doente, amolecida por longa inércia, explorada por comerciantes aproveitadores. Assim, solicitou novos armamentos; melhorou as comunicações precárias; explorou as posições inimigas, utilizando um balão cativo que se elevava a 300m, ou pequenas torres de madeira (mangrulos) (FROTA, 2000, p. 382).

A ausência de vias de comunicações terrestres eficientes para o interior do Brasil era uma realidade. Portanto, a livre navegação em rios fronteiriços, como o da Prata, Paraná e Paraguai, revestia-se de grande relevância para o Império, principalmente para o acesso ao Mato Grosso. “A navegação era feita com barcos que penetravam no estuário do Rio da Prata, subiam pelos rios Paraná e Paraguai, e passavam por Assunção até chegar a Cuiabá, capital mato-grossense” (DORATIOTO, 2002, p.28).

Assim, pode-se concluir parcialmente que as mudanças realizadas no Exército Brasileiro sob a ótica do DOAMEPI durante o império até o início da Guerra da Tríplice Aliança conduziram para o aperfeiçoamento da instituição, influenciando o crescimento do país, bem como o seu fortalecimento na América do Sul.

### **3. CONCLUSÃO**

O Exército Brasileiro durante o Império no Brasil, antes da Guerra da Tríplice Aliança, participou de maneira efetiva nos momentos de instabilidade política e social que marcaram o início da história do País, como Estado Independente.

Em síntese, a passagem histórica do Império do Brasil e as principais transformações do Exército Brasileiro (EB), no período compreendido entre 1822 e o início da Guerra da Tríplice Aliança, refletiram em progressivos avanços e na necessidade de atuação decisiva da Força Terrestre em relação à manutenção

da unidade nacional, na busca pela estabilidade na vida política e na resolução de conflitos extraterritoriais, gerando efeitos para o desenvolvimento nacional.

Verifica-se que um efeito consistiu na ação do EB para a manutenção da unidade nacional e fortalecimento do sentimento de nação. Enfatizou-se a identificação do brasileiro ao solo pátrio, devido à expulsão de Forças Portuguesas do território, no Primeiro Reinado. Tal ação foi realizada por tropas do Império do Brasil, consolidando um espírito patriótico.

Observa-se que outro efeito ocasionado pelo desempenho do EB durante o Império brasileiro e antes da Guerra da Tríplice Aliança, na política interna do País, foi a interferência direta em questões relacionadas às leis e ao Poder Legislativo. Tal fato pôde ser verificado no apoio de militares à dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823. Assim, reverberou-se o início da consolidação do Império por meio desta decisão de Dom Pedro I diante de choque de interesses políticos controversos à unidade brasileira.

Constata-se, ainda, que outro efeito gerador de desenvolvimento nacional, na vida política, consubstanciou-se na consolidação da definição de fronteiras territoriais, principalmente no Sul do país. Pôde-se verificar isto com o término do Conflito da Cisplatina, quando as fronteiras entre o Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, e a nova Nação chamada de República Oriental do Uruguai foram estabelecidos. Desse modo, suprimiram-se os impasses culturais da colonização espanhola na antiga Província Cisplatina.

Ainda nesse viés, o papel conduzido pelo EB, nas campanhas extraterritoriais, permitiu o aprimoramento da Doutrina Militar Terrestre e as adequações logísticas, como observado na Campanha Cisplatina. Em que pese o insucesso da Força Terrestre nesse conflito, as ameaças à soberania foram acordadas na fronteira sul e, ainda, permitiu o aperfeiçoamento do EB, o que serviu de base para as campanhas futuras.

Percebe-se que a manutenção da unidade nacional foi um efeito gerado para o desenvolvimento nacional. Este ideal foi balizado pela posse territorial no momento da independência, “*uti possidetis de facto*”. Além disso, as revoltas internas ocorridas no período regencial do Império foram contidas e finalizadas, o que sedimentaram as condições ideais para o aprimoramento do Brasil.

Deduz-se que a resolução de conflitos extraterritoriais colaborou

para o efeito de projetar o Império do Brasil no continente sul-americano. Houve o Impedimento de apoio externo à secessão do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao Governo central do Brasil, devido à consolidação do Império brasileiro no Rio da Prata. Além disso, os brasileiros e a província argentina de Entre Rios, tendo Urquiza como principal representante, derrubaram Rosas no Uruguai, o que permitiu maior estabilidade na região. Esta ação foi consequência das ações do Partido Conservador presente no governo brasileiro a partir de 1842. Dessa forma, governantes e intelectuais argentinos e brasileiros se viram como vizinhos e não como inimigos em potencial.

Inferese-se que a ação pacificadora de Caxias nas revoltas internas no cenário político possibilitou a valorização das instituições militares como fator de prosperidade do Estado Brasileiro. A atuação do Exército ao debelar movimentos populares como a Balaiada, a Sabinada, a Cabanagem e Farrapos pôs fim às lutas travadas entre as elites e as camadas sociais descontentes, contribuindo para a manutenção da paz no território brasileiro.

Ademais, o fortalecimento da coesão nacional pode ser depreendido como efeito da conjuntura político-econômico-psicossocial para o desenvolvimento do Brasil Império. O poder aglutinador do trono exercido principalmente pelo imperador D. Pedro I desencadeou condições propícias para o incremento de medidas políticas e econômicas que fomentaram a unidade territorial e o progresso do Estado brasileiro.

Atesta-se, ainda, que o cenário político-econômico-psicossocial brasileiro anterior à Guerra da Tríplice Aliança impulsionou o amadurecimento da vida política no Brasil. Essa conquista se deu por intermédio da inserção do parlamentarismo à moda inglesa, que resultou em uniformidade do pensamento dos ministros. Além disso, proporcionou a conciliação entre liberais e conservadores, acarretando a conquista de gradual estabilidade política pelo Brasil.

É possível concluir que a maior participação do Brasil no comércio internacional representou outro efeito da conjuntura político-econômico-psicossocial, denotando o início da pujança em relação à economia nacional. O apoio do governo imperial às produções do café, do algodão, do tabaco, do cacau, do mate; à criação do gado; bem como às extrações da borracha, do ouro e de diamantes, alavancou o potencial agroexportador do Império brasileiro e o projetou em outros continentes.

Faz-se imprescindível inferir que o incremento do mercado de trabalho

nacional e a industrialização dinamizaram a economia brasileira. Esses aspectos se deram pela entrada de imigrantes com o objetivo de trabalhar nos cafezais sob o regime de trabalho de colonato, constituindo-se em uma alternativa à proibição do trabalho escravo. Assim, gerou o aumento da produção do café e consequente geração de divisas que custearam o desenvolvimento industrial do Brasil.

Realça-se que houve a padronização de procedimentos militares em todo o país diante da criação de distritos militares para fins de inspeção. O Conde de Caxias apresentou a base para nova reorganização do Exército, estabelecendo tais distritos militares. Em seguida, houve a criação de Batalhões de Voluntários e a criação do Serviço de Saúde, o que configurou a expansão militar do Brasil e o aumento de sua pujança na América do Sul.

Nota-se que a manutenção da ligação do Império à província de Mato Grosso por meio da livre navegação no estuário do Rio da Prata era constantemente almejada pelo Império brasileiro. A composição de rios internacionais na Bacia do Rio da Prata era um engodo ao Império do Brasil. Por conta disto, houve o estímulo à ligação por terra, mesmo de forma ínfima. Logo, a relativa estabilidade nesta região, com o fim dos litígios entre Brasil e Argentina, cooperou para este objetivo e para o desenvolvimento nacional.

Por fim, o Exército Brasileiro fez-se presente em inúmeros eventos marcantes no Império do Brasil até o período da Guerra da Tríplice Aliança, contribuindo para a integração do território, para a consolidação da vida política-econômica brasileira, para o engrandecimento nacional e deixando o País melhor estruturado militarmente.

## REFERÊNCIAS

BEATTIE, P. M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: USP, 2009.

COSTA, W. P. **A Espada de Dâmocles**: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELLIS, Myrian et al. **O Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERRER, F. C. S. **A (re)organização do exército brasileiro na guerra do Paraguai**. Biblos, Rio Grande, 17: 121-130, 2005.

# O IMPÉRIO E O EXÉRCITO BRASILEIRO APÓS A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Grupo de Trabalho Nr 7 do CCEM 1º Ano 2019: TC Art **ADERSON IWAMOTO DA SILVA**, Maj Cav **LUCIANO HICKERT**, Maj Cav **MARCELO DIAS MONTEIRO**, Maj Inf **TADEU JORDÃO BARRADAS**, Maj QMB **LEANDRO DA ROSA DUQUE ESTRADA MEYER**, Maj Cav **JOÃO PAULO DA SILVA NUNES**, Maj Inf **ALBERTO DANUBIO MANFRA JUNIOR**, Maj Inf **RODRIGO SCHARDOSIM VALÉRIO IAMIN**, Maj Inf **FRANCISCO BERNARDO OLIVEIRA DE MORAES**, Maj Cav **MIGUEL MEDEIROS VIANNA**, Maj Inf **RÔMULO ATTANAZIO JACOB**, Maj Inf **HENRIQUE CÉSAR BENITES ANANIAS**, Maj Inf **ANÍSIO MORAIS PESSOA JÚNIOR** e Maj Inf **JULIO CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA**.<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O Império do Brasil e o Exército Brasileiro nasceram juntos com a proclamação da independência. As lutas pela emancipação e as guerras no sul do país exigiram, desde os primórdios, que a força militar tivesse moral elevado e bom adestramento, e não havia melhor meio para isso do que apoiá-la na organização existente, emprestando-lhe a motivação patriótica que o ideal de liberdade e de unidade nacional despertava naquelas circunstâncias.

O Brasil Imperial localizava-se na porção centro oriental da América do Sul a leste do Oceano Atlântico e, no século XIX, lutou para manter sua constituição territorial que se manteve até os dias atuais. O governo imperial conseguiu assegurar a integridade e a unidade do território contra seus inimigos na Bacia do Prata nas campanhas: Guerra da Cisplatina (1825-1828); Guerra do Prata (1851-1852); e Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Embora tenham sido fundamentais um ao outro, a partir dos anos 1870, o Império e o Exército Brasileiros apresentavam crescentes sinais de descompasso.

A Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai uniu o Brasil, o Uruguai e a Argentina contra as pretensões do Paraguai. Tal conflito acabou selando os destinos dos países platinos e entrando para a história por ter sido o maior conflito armado ocorrido na América do Sul.

<sup>1</sup> Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.



O Exército Brasileiro, no momento da eclosão do conflito, estava des-preparado. Foram organizados, às pressas, os grupamentos de “Voluntários da Pátria”. Contudo, os problemas não eram apenas de pessoal, sim de doutrina, de organização de um exército profissional como um todo, pois faltavam instrução, material, quadros de oficiais combatentes e infraestrutura adequados.

Ao final da Guerra (1870), o Império do Brasil passou a enfrentar questões de ordem interna, que ameaçavam não mais suas fronteiras. Entre as problemáticas internas, a Questão Militar acabou levando o Exército a assumir papel de protagonismo na grave crise política que culminou com a Proclamação da República (1889). Somaram-se à questão militar, a política, a abolicionista, a religiosa e a crise econômica.

De grande importância para que seja possível alcançar o objetivo proposto neste trabalho, cabe compreender que, atualmente, alinhado com a Estratégia Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro adotou a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades, que são obtidas a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis que formam o acrônimo DOAMEPI: doutrina, organização (e/ou processos), adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura.

A seguir, será analisada a situação em que se encontrava o Império do Brasil e o Exército Brasileiro após a Guerra da Tríplice Aliança, considerando a conjuntura político-econômica-psicossocial do Império do Brasil e o Exército Brasileiro à época, descrito sob a ótica do DOAMEPI, destacando as mudanças implementadas ou experimentadas por conta da guerra.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **a. BRASIL IMPÉRIO**

#### **1) Aspectos Políticos do Império após a Guerra da Tríplice Aliança**

No campo da organização política, a constituição conservadora de 1824 manteve a discricionariedade conferida ao Poder Moderador. D Pedro II possuía grande habilidade em exercer este poder e conduzir os dilemas do Império. Assim, ele mantinha um interessante balanço político entre as duas correntes predominantes, liberais e conservadores, demonstrando sua habilidade política.

Ademais, segundo Doratioto, os principais objetivos da política externa do Segundo Império consistiam em manter o trânsito livre para navegação na

bacia do Prata, assim como estabelecer as fronteiras ao oeste, junto ao Paraguai e República Argentina. Esses objetivos diplomáticos puderam ser consolidados com a vitoriosa campanha no Paraguai, que fortaleceu a presença brasileira na região, apaziguando parte das tensões junto à República Argentina.

Internamente havia uma contradição na política nacional. Se por um lado os cafeicultores modernizaram suas relações de trabalho no campo, e pleiteavam tratamento compatível com sua nova posição no quadro social do império, os velhos fazendeiros continuaram a exercer forte influência política no “*status quo*” imperial. Tanto que o tráfico de escravos ainda ocorria de forma ilegal nos portos da capital do Império, mesmo após a Lei Eusébio de Queiróz. As vitórias nos campos de batalha paraguaios, conduzidas por batalhões de infantaria compostos por muitos negros, criaram uma fonte de insatisfação permanente com os governos do período, enfraquecendo o poder moderador.

A mudança política em 1868, com a derrubada do partido liberal pelo monarca em prol dos conservadores, uniu os progressistas e liberais. Os mais radicais, segundo Calmon, marcharam para o ideário republicano, influenciados pelos exemplos de Paris, em 1871, e Madrid, em 1873. Esse fato pode ser explicado sob dois prismas. O primeiro era a liberdade de imprensa no sistema político do II Império. O segundo aspecto se deveu a nova burguesia produtiva, que mandava seus filhos estudarem na Europa, e da oficialidade militar que sofria forte influência republicana e positivista. Desse modo, o partido Republicano foi criado após a Guerra do Paraguai, contribuindo para o enfraquecimento do governo imperial.

As questões progressistas e o voto universal, dividiram ainda mais politicamente o país. O aumento dos defensores dessas ideias fizeram surgir a questão eleitoral, que acompanhada da questão abolicionista, acirraram as disputas pelo poder. Nesse clima de tensão política, o Imperador se afastou por três ocasiões, deixando a princesa Isabel como regente, dificultando o contorno das crises.

Após a guerra, segundo Pedro Calmon, os heróis militares passaram a ocupar cargos importantes, a exemplo do cargo de chefe do governo, ocupado pelo Duque de Caxias em 1875, e da nomeação do Marquês do Herval como Senador. A presença desses chefes militares nos cargos decisórios naturalmente provocavam o interesse da oficialidade nas discussões sobre as decisões de governo, politizando o Exército à época e destacando chefes militares na política.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, o Exército percebeu sua importância para a estabilidade institucional do Império. Isso aumentou a participação dos mi-

litares dentro dos círculos de poder, buscando a valorização da carreira das armas e o fortalecendo dos sentimentos abolicionistas e republicanos. O envolvimento na política e o nascimento de uma oficialidade orgulhosa de sua farda e de sua posição social, lançaram os chefes militares a outro nível de participação na vida política do império, surgindo assim a questão militar.

Conclui-se parcialmente que a Guerra da Tríplice Aliança gerou instabilidade política, originando crises para o Segundo Reinado. Assim, o período foi marcado pelo acirramento de disputas em diferentes questões para o país como a militar, eleitoral, abolicionista; além de contar com uma significativa participação de expoentes do Exército Brasileiro. As crises ocorreram também em decorrência da participação do Exército na campanha, e proporcionaram o aumento dos ideais republicanos e da filosofia para enfraquecer o Segundo Império.

## 2) Aspectos Econômicos do Império após a Guerra da Tríplice Aliança

Segundo Frota (2000, p.401 e 402), a conjuntura econômica do Brasil Império após a Guerra do Paraguai manteve a dependência do setor primário. O café seguiu como propulsor da economia, sendo suas exportações responsáveis por cerca de 50% do total nacional. As tradicionais fazendas, sustentadas pelos escravos, entretanto, assistiram à expansão de cafezais pelo interior de São Paulo, onde novo modelo caracterizado por classe de proprietários com utilização do imigrante europeu se instalou, introduzindo uma nova classe social, o imigrante.

Segundo Doratioto (2002, p. 484), a economia do Brasil Império após a Guerra do Paraguai foi desfavorecida pelos empréstimos contraídos ao longo da campanha militar. Enquanto as economias da Argentina e Uruguai, mais próximas do teatro de operações, foram beneficiadas, a brasileira foi negativamente afetada. Assim, o Brasil ficou endividado, sem que o conflito tivesse estimulado a atividade econômica do setor privado, acarretando aprofundamento das contradições internas e constituindo-se em óbice para o crescimento econômico.

Segundo Frago (1934, p. 234), a guerra foi um descalabro financeiro para o Império, com aumento das despesas, gerando um déficit que em 1867 atingiu seu auge, superando o total de receitas no ano. Em 1869, o balanço das contas apresentou sensível melhora, com forte ajuste em 1870. Ainda assim, a campanha teria custado mais de 5 vezes as receitas do governo brasileiro no ano de 1872, mesmo com o aumento das receitas. Após a guerra, os gastos com a armada e exército ainda se mantinham em cerca de metade dos ingressos financeiros do país, devido às forças de ocupação e compromissos assumidos, enfraquecendo o

governo de Pedro II.

Segundo Frota (2000, p.403), o Brasil Império, após a Guerra do Paraguai, desenvolveu alguns de seus setores industriais. Isto se deveu a exigências militares advindas do conflito, tendo florescido o setor têxtil e, com menor expressão, o metalúrgico. Entretanto, os nascentes parques fabris não foram consolidados em decorrência das políticas econômicas liberais implantadas pela Tarifa Rio Branco em 1874, da crise econômica de 1875 e da forte concorrência europeia. Em consequência, para reverter este quadro, foi organizada a Associação Industrial, a partir de 1880, e o governo Imperial adotou medidas protecionistas, em 1887, protegendo a indústria nacional.

Segundo Frota (2000, p.408), o Brasil Império, após essa Guerra, experimentou desenvolvimento do setor de transportes. Na área urbana do Rio de Janeiro foram abertas linhas de bonde. O setor ferroviário, na esteira do surto cafeeiro, expandiu-se pelo interior de São Paulo, tendo sido finalizada a ligação do Rio de Janeiro a São Paulo em 1877. Ademais, vale mencionar a construção da Estrada de Ferro (EF) Central da Bahia, EF Jundiá a Campinas, dentre outras, totalizando 9.583km. No setor fluvial, a bacia amazônica recebeu a *Amazon Steal Navigation*, criada pelo Barão de Mauá, e a bacia platina continuou sendo via de comunicação vital com o Mato Grosso. Desse modo, o setor de transportes foi alargado, facilitando o escoamento de produtos agrícolas.

Inferese parcialmente que déficit gerado pelo aumento do endividamento público provocou uma grave crise, obrigando o governo a contenção de gastos, já a partir de 1869. Por outro lado, ocorreu o desenvolvimento da infraestrutura do país, com destaque para a rede ferroviária; observou-se o fomento da indústria, em particular do Brasil se manteve como um país agroexportador, baseado, principalmente, no café, com crescente aumento do comércio exterior.

### 3) Aspectos Sociais do Império após a Guerra da Tríplice Aliança

A sociedade brasileira observou a diferenciação de duas aristocracias: a moderna e a tradicional. A primeira, em franca ascensão econômica; a segunda, decadente, e tendo como patrimônio grande número de escravos empregados como força de trabalho. Isso provocou uma disputa social e política, com boa parte da oficialidade com o movimento abolicionista, o que influenciou diversas mudanças. A questão abolicionista era recrudescida pelo paradoxo vivido na Guerra da Tríplice Aliança, que outrora recrutava forçadamente homens livres, inclusive escravos, para servirem ao Estado (PIRES JUNIOR, 2017).

Escravos fugiam de fazendas e a polícia não era capaz de capturá-los, e o exército demonstrava contrariedade em participar dessa atividade (MOURA,1996). Calmon descreve a questão da escravidão como uma disputa complexa, qual nem mesmo o Imperador poderia impor sua vontade de imediato. Ainda em 1868, o Monarca defendera que era uma questão de tempo e forma a abolição da escravatura, mas as divisões de interesse tornavam a decisão inoportuna. Diante da divisão de posições, o movimento abolicionista ganhou força (FRAGOSO, p. 239), culminando com a abolição da escravidão somente em 1888, com a Lei Áurea.

A Guerra da Tríplice Aliança trouxe à tona a questão do recrutamento, que foi regulamentado por lei em 1875. O alistamento obrigatório foi instituído, com o sorteio para o preenchimento das fileiras do Exército, contudo, não foi eficazmente implementado. Assim sendo, a questão do alistamento obrigatório seguia latente em diversos ramos da sociedade civil e militar. (MOURA, 1996)

Os militares não dispunham de grande prestígio junto à sociedade desde antes da guerra e, mesmo com a vitória, eram vistos com desconfiança. A opinião emitida por militar, mesmo de forma oficial, era quase ignorada pelos partidos da época. Desta forma, o desprestígio dos integrantes do exército junto à elite fomentava o rancor dos militares para com o Império. (MOURA, 1996)

Segundo Doratioto (2002) a guerra da Tríplice Aliança foi o ponto alto da unificação do Brasil, ao conjugar energias de todo o país. No início do conflito, voluntários se apresentaram em todas as regiões do país; o imperador teve sua imagem fortalecida, e o hino e a bandeira foram incorporados ao cotidiano dos centros urbanos, por meio de festejos cívicos, nas comemorações de vitórias ou nas cerimônias da partida das tropas, fortalecendo a identidade brasileira. Contudo, ao término da guerra, essa questão patriótica foi mal trabalhada e surgiram questionamentos ao regime monárquico, não sendo aprofundados os aspectos positivos.

Dessa maneira, no campo social a Guerra da Tríplice Aliança, apesar do fortalecimento da unificação do país, evidenciou a falta de prestígio do Exército, e provocou o recrudescimento do movimento abolicionista. Ainda, originou a mentalidade de manutenção de uma força mínima para o Exército por meio do serviço militar obrigatório, provocou a valorização dos símbolos nacionais e resultou no fortalecimento da aristocracia moderna.

## b. Exército Brasileiro à época, descrito sobre a ótica do DOAMEPI

### 1) Doutrina

Durante a guerra, o Exército Brasileiro introduziu em suas forças processos de combate utilizados na Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América. Caxias acompanhou esse conflito, anterior a Guerra do Paraguai, e colheu alguns ensinamentos, como incremento na exploração do terreno e do fogo. Dessa forma, o Exército, após a Guerra da Tríplice Aliança, passou a adotar uma doutrina de maior valorização do terreno.

O conceito de “Guerra Total”, aplicado pela primeira vez na Guerra de Secessão, também foi utilizado na guerra da Tríplice Aliança. Esse tipo de guerra é caracterizado pela sua longa duração, o conflito durou 06 anos (1864 a 1870); elevado número de mortes (estima-se que tenham sido 300 mil mortes paraguaias e mais de 50 mil do lado brasileiro), pela invasão territorial (ocorreram combates tanto em território brasileiro, quanto em paraguaio) e pela participação de mais de dois estados (foram 4 nações envolvidas nesse conflito). Assim sendo, o emprego da Guerra Total contribuiu para que o Exército buscasse uma forma própria de combater.

Ainda no início da década de 1870, observou-se que a doutrina do Exército foi impactada pelo Positivismo. Nesse contexto, a Escola Militar da Praia Vermelha converteu-se em um centro de estudos de matemática e filosofia. Assim sendo, esse ambiente científico difundia ideias de liberdade, constituindo-se em terreno fértil para os ataques ao regime monárquico. Disseminou-se que o Imperador acreditava que um Exército fortalecido seria um entrave para a manutenção da Monarquia, o que acabou por facilitar a divulgação de ideias republicanas no seio da oficialidade.

Dessa forma, o Exército Brasileiro, descrito sobre a ótica da Doutrina, experimentou grande evolução doutrinária, baseada nas experiências de combate de nossos oficiais, e nas percepções sobre os conflitos de outros países no período anterior à guerra. Além disso, observa-se que o Positivismo teve influência na maneira de pensar as atividades militares à época e atraiu a atenção dos militares do Exército para as questões políticas nacionais.

### 2) Organização

Após a Guerra o Império buscou reduzir os custos com a defesa, diminuindo seu efetivo e reorganizando seus meios, devido à crise financeira. Com

isso, foi feita uma nova reorganização do Exército, sendo organizados corpos móveis e corpos fixos, como era antes da guerra.

Feita a paz com o Paraguai, o Exército retorna aos Corpos Móveis e aos Corpos de Guarnição, desconsiderando os ensinamentos da guerra, voltando-se pura e simplesmente ao sistema anterior a 1865. Talvez explique-se tal fato em virtude de ainda não ser bem conhecida no Brasil a organização de Estado-Maior, tal como o constituiu a Prússia, depois da guerra com a França em 1870.

Assim, o Exército Brasileiro logo após a guerra passou por um período de redução. Isso demonstrou a falta de interesse do Império em manter um exército profissional e com um efetivo compatível com a grandeza brasileira. Além disso, observa-se que o regresso para a organização anterior a guerra gerou um grande descontentamento entre os militares, gerando dentro do Exército uma instabilidade que ajudou a piorar a conjuntura do Brasil à época.

### 3) Adestramento

O século XIX apresentou diversos conflitos na região platina, colocando o Exército Brasileiro em constante ação. Isso proporcionou um bom estado de prontidão, especialmente para as tropas estacionadas no Rio Grande do Sul. Contudo, a invasão paraguaia pelo rio Uruguai demonstrou que as forças brasileiras não estavam prontas para um conflito nas dimensões apresentadas.

Ao final da guerra, o Exército Brasileiro contava com uma excelente tropa de infantaria e cavalaria, artilharia adestrada que mostrara seu valor nos combates e cercos, um quadro de engenheiros capazes de grandes obras, com domínio dos mapas e técnicas modernas, e uma logística bastante evoluída para seu tempo.

O emprego da Cavalaria para reconhecimento e choque na ação decisiva e os meios de busca de informações utilizados, como os balões e entrevistas de prisioneiros, mostravam a evolução do Exército Brasileiro, que melhorou gradualmente sua capacidade de combater ao longo dos 6 anos de conflito.

Contudo, as restrições de orçamento ao final do conflito rapidamente retiraram a capacidade combativa do exército, que voltou a ocupar posições no interior do país e direcionou os estudos militares para uma linha menos bélica.

### 4) Material

Segundo Fragoso, ao final do conflito o Exército Brasileiro adquiriu mais

de 200 peças de artilharia, mais de 50 mil armas longas, e mais de 7 mil armas curtas. Além disso, foram adquiridos mais de 70 milhões de cartuchos, e 400 mil granadas de artilharia de diversos calibres.

Ainda, os relatórios apontam em 1870, as compras de material foram reduzidas drasticamente, especialmente após as grandes aquisições de material ocorridas entre os anos de 1865 e 1868. A lista de material adquirido demonstrou o despreparo inicial de nossos arsenais e as necessidades logísticas emergenciais.

A maior parte do armamento utilizado era raiado e carregado pela boca, mesmo já existindo armas mais modernas com carregamento pela culatra. Os fuzis eram do tipo Minié (14.8 mm) ou Enfield (14.66mm) e eram os adotados pela comissão de melhoramentos de 1858. As diferenças de calibres provocava grandes inconvenientes, o que resultou no ordem de alargamento dos canos dos Enfield, a fim de padronizar os calibres. O arsenal de guerra da capital do império, além de consertar armas individuais, fabricava algumas peças de artilharia, munição e chegava a consertar até 20 mil armas anualmente.

Durante a guerra foram adquiridos modelos mais modernos, de carregamento pela culatra, do tipo americanos: 5 mil espingardas e 2 mil clavinas, com cartucho metálico, com excelente cadência de tiro. Contudo, o emprego dessas armas demorou a ocorrer, devido imperfeição dos cartuchos e pouca confiabilidade.

A artilharia de campanha seguia o modelo francês, constituída de bocas de fogo La Hitte, raiadas e de antecarga. A munição constava de granadas, shrapnel e lanternetas, e o alcance variava de 2 a 4 km. Os canhões eram de 3 sistemas diferentes, e eram muito variáveis na forma e peso. As munições eram descritas como de péssima qualidade, apresentando diversos tipos de defeito, o mesmo ocorria com os cartuchos. Especialmente para as espoletas, o descuido no seu transporte prejudicava seu funcionamento.

Para aproximar os meios logísticos, foram montados 3 hospitais de campanha, um deles no vapor Onze de Julho e um arsenal na ilha de Cerrito, além de um serviço de transporte de vasos de vela e a vapor, buscando sustentar o esforço de guerra com regularidade e proporcionando os suprimentos de material com economia.



## 5) Educação

Após a Guerra da Tríplice Aliança ocorreram importantes reformas na Escola Militar de formação de oficiais. A primeira ocorreu em 1874, com uma reforma no currículo da escola, onde passaram a existir cursos distintos: infantaria, cavalaria, artilharia, estado-maior de 1ª classe (não tinha a mesma concepção do Estado-Maior moderno) e engenharia. (MAGALHÃES p. 299 e TREVISAN p.31).

No entanto, a infantaria recebia instrução que não se harmonizava com as teorias lecionadas nas escolas militares, e que jamais ter aplicação na guerra moderna. Ainda sobre a reforma de 1874, futuros oficiais da sociedade civil. Por fim, é uma certa cisão entre os oficiais. Os oficiais de Infantaria e Cavalaria, devido a uma formação mais curta e voltada para o ensino eram considerados “oficiais inferiores” pelos de Artilharia, Estado-Maior e Engenharia, que possuíam uma formação mais longa, sendo perceptível um certo duelo de poder dentro da instituição. (TREVISAN, p.33)

Destaca-se que as reformas na formação de oficiais tiveram a influência da Guerra da Tríplice Aliança, visando a prática do “ensino militar”. Contudo, não foi alcançado o resultado esperado, devido inexistência de uma doutrina que atendesse realidade da época. Ainda cabe ressaltar no Brasil, após a Guerra, não existiam Estados-Maiores constituídos moldes da Prússia e o Exército retornou aos moldes antigos, desconsiderando por completo os do conflito. (MOURA, p.32)

Assim, após a Guerra da Tríplice Aliança viu-se a necessidade de que os oficiais tivessem uma formação mais voltada para o ensino profissional militar. O que ocorreu de fato foi na verdade, o contrário dessa proposta, devido falta de vontade política, da doutrina ultrapassada e não haver uma ameaça real na época.

## 6) Pessoal

Quando a guerra terminou, os efetivos do Exército Brasileiro eram cerca de 11.500 homens no território nacional e 22 mil no Teatro de Operações paraguaio, mas no decorrer do conflito, o recrutamento ascendeu a cerca de 80 mil homens, totalizando mais de 110 mil homens, dos quais perderam a vida mais de 23 mil. (FRAGOSO, p. 252)

Terminada a Guerra os efetivos do Exército foram decrescendo continuamente, em grande parte a consequência da crise financeira do pós guerra (MA-

GALHÃES, p. 294). As dificuldades podem ser vistas no Ofício ao Ministro da Guerra, de 1882, do Marechal Visconde da Gávea, Ajudante Geral do Exército:

- “Todas as providências até hoje solicitadas não puderam ser atendidas devido a causas superiores, entre outros o estado crítico de nossas finanças. O decrescimento crescente que tem experimentado o Exército, hoje reduzido a 11.156 praças, tem cooperado eficazmente para que todos os Corpos se achem sem instrução, sem poder de cuidar das suas necessidades mais urgentes, vindo-se a administração impossibilitada de exercer sobre as praças, por estarem estas disseminadas.(JEHOVAH, p. 181).

Assim, no campo técnico-profissional viu-se a frustração dos militares, que não concordavam com as razões para justificar os pequenos efetivos nem a falta de medidas tendentes a modernizá-los. (JEHOVAH, p. 181)

Outro fato observado por Trevisan (p. 31), foi que o Império desejava manter o número de efetivos baixo do Exército, pois via nele uma ameaça. Destaca-se também que, devido aos Corpos de Voluntários, a classe política teve a sensação de não necessidade de um exército numeroso. Mesmo aos mais sensibilizados com a Defesa Nacional, parecia mais adequado a conservação de um Exército reduzido. (MOURA, p.35 e 36)

A preocupação com a melhoria da qualidade dos oficiais levou a criação de uma Comissão de Promoções. Também avultando a facilidade para ida de oficiais para se aperfeiçoarem na Europa. (MAGALHÃES, p. 294). A lei de recrutamento de 1874 deu esperanças de que o Exército iria se livrar do recrutamento forçado (JEHOVAH, p. 182). Essa lei tentava limitar o recrutamento, origem da maioria dos problemas de pessoal. Esse mesmo dispositivo extinguiu castigos corporais, indicando outros caminhos para a obtenção da disciplina militar.

Dessa maneira, o pós-guerra foi marcado por uma manutenção dos efetivos do Exército abaixo do previsto. Após a Guerra houve uma rápida desmobilização das tropas participantes do conflito. Havia a sensação política, devido aos Voluntários da Pátria, de que era desnecessário a manutenção de um exército numeroso. Além disso, o Império via a existência de um exército forte como uma ameaça a sua própria existência.

## 7) Infraestrutura

Ao final do conflito, os investimentos realizados pelo Exército Brasileiro durante os 6 anos de combates beneficiaram especialmente os comerciantes ar-

gentinos, que forneciam apoio logístico de gado e cavalos, assim como os fornecedores de armas e munições estrangeiros, sobretudo ingleses.

A reestruturação dos efetivos, com retorno da organização aos moldes anteriores à guerra, restringiu os avanços de infraestrutura nas unidades militares. Como o transporte de material para as regiões de conflito ocorreria sobretudo por meio hidroviário, foram os países do prata que se beneficiaram economicamente dos investimentos e circulação de riquezas.

Diferente da Marinha do Brasil, que teve a frota reformulada, avanços limitados na infraestrutura ocorreram nos aquartelamentos do Mato Grosso do Sul e do Sul do Brasil. Algumas estruturas logísticas tiveram avanços, como as estradas de ferro, telégrafos e navegação, sobretudo na região cafeeira, refletindo o avanço das exportações de grãos no período, segundo Fragozo, p 231.

### 3. CONCLUSÃO

Após a Guerra da Tríplice Aliança o Segundo Reinado pacificou suas fronteiras internacionais, mas teve diversos desafios políticos e econômicos interno. O Exército Brasileiro, vitorioso no conflito, passou a desempenhar importante papel na vida nacional, pelo envolvimento dos seus oficiais nas principais questões da sociedade brasileira.

Em síntese, a crise econômica decorrente do endividamento brasileiro com a guerra, o fluxo das ideias republicanas e abolicionistas, as disputas políticas e as questões religiosas e sociais diminuíram gradualmente a legitimidade do Governo Imperial, ao passo que os heróis da Guerra e o protagonismo do Exército no conflito foram importantes fatores para a implantação das mudanças, que terminaram por consolidar o Estado Brasileiro.

Ocorreram mudanças significativas no arranjo político, social e econômico no Império do Brasil, que modificaram as estruturas da sociedade, provocando o desequilíbrio entre as diversas forças internas do país. A crise econômica advinda do endividamento do país resultou em um problema crescentes para as finanças públicas. Além disso, os ideais abolicionistas, democráticos e republicanos fortaleceram-se após o conflito, dando origem às diversas questões que polemizaram a política nacional, dividindo a sociedade e dificultando as ações do poder moderador.

A participação na Guerra do Paraguai implicou em diversas modificações nas estruturas do Exército Brasileiro. O fortalecimento do Exército Brasileiro pode ser percebido em diversos aspectos: à evolução dos materiais resultantes da compra emergencial de armamentos e munições, a adequação das doutrinas, o expressivo aumento de efetivos e a implementação de processos logísticos eficientes promoveram uma grande modernização na instituição.

O prestígio alcançado pelos líderes militares e pela instituição foram propulsores de mudanças na sociedade brasileira. Mesmo com a redução do efetivo após a guerra, com as dispensas de pessoal, corte de despesas e com modificações mal sucedidas no ensino, o Exército Brasileiro passou a ser uma fonte de estadistas para o Brasil, uma instituição progressista e com ideário inovador, que se afastou gradualmente da aristocracia tradicional brasileira.

Dessa forma, conclui-se finalmente que a Guerra da Tríplice Aliança provocou importantes alterações no panorama econômico, político e social da vida nacional, com o fortalecimento o Exército Brasileiro, contribuindo para as instabilidades políticas que terminaram resultando na declaração da República.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso: um pouco de história de nosso Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior do Exército. **História do Exército brasileiro**. Brasília, DF, 1972.

\_\_\_\_\_. Manual de campanha **C 100-5 (OPERAÇÕES)**, 1997, 3 ed. , p. 2-2.

CALMON, Pedro Moniz de Bittencourt. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**, 1939, 1 Ed, Volume V.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DE MOURA, Affonso Henrique Stanislawczuk. **A Guerra da Tríplice Aliança e suas contribuições para o Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. V volume, 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa do EM do Exército, 1934.

FROTA, Guilherme de Andrea. **500 Anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

GOMES, Luiz Souza. **América Latina: seus aspectos, sua história, seus problemas**. 2a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. (1a ed. 1961).

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército - 3 Ed, 386p, 2001 (Coleção General Benício)

MALAN Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944**. 1998. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1998. 314p. (Coleção General Benício).

MOURA, Affonso HS. **A Guerra da Tríplice Aliança e suas contribuições para a Evolução do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: ECEME, 1996.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPAIO, Wellington Hernani Lucena. **A evolução sistêmica do Exército do Brasil-Império e seus reflexos para a sociedade Brasileira**, Rio de Janeiro, 2003.

TREVISAN, Leonardo N. **Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2011. 274 p. (Biblioteca do Exército ; 867).

## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. [www.eceme.ensino.eb.br](http://www.eceme.ensino.eb.br) ( [padeceme@eceme.eb.mil.br](mailto:padeceme@eceme.eb.mil.br) )

Os textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300 dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.